

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

GIUSEPPE PITANA MORRONE

REVISÃO DE LITERATURA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA
SOBRE A INSERÇÃO INTERNACIONAL DA CHINA (2000-2022)

Porto Alegre

2023

GIUSEPPE PITANA MORRONE

**REVISÃO DE LITERATURA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA
SOBRE A INSERÇÃO INTERNACIONAL DA CHINA (2000-2022)**

Trabalho de Conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva

Porto Alegre

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Morrone, Giuseppe Pitana
REVISÃO DE LITERATURA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA
BRASILEIRA SOBRE A INSERÇÃO INTERNACIONAL DA CHINA
(2000-2022) / Giuseppe Pitana Morrone. -- 2023.
56 f.
Orientador: André Luiz Reis da Silva.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Relações Brasil-China. 2. Bibliometria. 3.
Relações Sul-Sul. 4. Revisão de Literatura. 5.
Pós-Graduação. I. Silva, André Luiz Reis da, orient.
II. Título.

Este trabalho é dedicado à paleontóloga Vanessa Grégis Pitana, sua memória e seu legado, e na qual tenho orgulho e saudade de chamá-la de prima

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus pais Núria e Angelo, todo o carinho, amor e amparo que alguém poderia receber, não tenho palavras para agradecer o quanto vocês são importantes na minha vida. À minha querida e amada irmã Isabella por todo o amor e companheirismo desde que nos vimos pela primeira vez em 3 de junho de 2008, teu espírito leve e gentil me alegra todos os dias. Gostaria de agradecer também à minha dinda Aida, por além de ser uma das pessoas mais fortes e carinhosas que já conheci, poder dizer com tranquilidade que é minha segunda mãe. Agradeço às minhas avós Aura e Nina por fazerem estar onde estou, através de conselhos, carinho e cafés, e por estarem do meu lado quando precisei. À minha avó Aura o meu interminável amor e algumas batatas. E para minha vó Nina, retribuo as últimas palavras que ouvi de ti: por mais que eu tenha te amado muito, ainda não foi o suficiente. Aos meus amados primos e primas, pelo suporte e celebração em cada etapa desse processo. Agradeço a todos os meus queridos amigos, em especial para Rafael, Maria, Giulia, João, Francisca, Manuella, Magnus e Tiago que acompanharam muito de perto toda essa aventura.

Agradeço também à UFRGS por ser a minha segunda casa e poder pavimentar o meu caminho de crescimento como aluno, pesquisador e ser humano, oferecendo um ensino público e de qualidade. Agradeço imensamente ao Professor André Reis por aceitar ser meu orientador e por proporcionar uma experiência como pesquisador que sei que me guiará pelo resto de minha carreira. Agradeço ao corpo docente da UFRGS, ao pessoal do LAB-PEB e da OFCHILA por serem os campos em que cresci como pesquisador e que me fizeram perceber o quão longe vão os horizontes de nossas realidades. Por fim, gostaria de agradecer à CAPES e ao IBICT pelos esforços em construir e manter bancos de dados densos e completos e acessíveis a comunidade em geral, também gostaria de agradecer a todas e todos os pesquisadores na qual tive o prazer de analisar os trabalhos, sem os esforços de todos vocês em contribuir para a ciência nacional, este trabalho não seria possível de ser realizado.

*“Onde queres o sim e o não, talvez
E onde vês, eu não vislumbro razão
Onde queres o lobo, eu sou o irmão
E onde queres cowboy, eu sou chinês”*

(CAETANO VELOSO)

RESUMO

O presente trabalho busca traçar o panorama da produção acadêmica nacional sobre a inserção internacional Chinesa, através das perspectivas política, securitária e econômica, indicando os principais temas e resultados convergentes. Além disso, se busca identificar o perfil da academia brasileira, apontando os pólos de publicações, o volume de trabalhos ao longo do tempo e o tipo de pesquisa mais frequente. Como metodologia utilizou-se de análise quali-quantitativa para realizar uma varredura digital no material recolhido, construindo gráficos e nuvens de palavras. Como resultados, encontrou-se uma predominância das regiões Sul e Sudeste no número de trabalhos, um crescimento volumétrico exponencial ao longo do tempo e um maior interesse de pesquisas na ascensão chinesa por meio do desenvolvimento econômico. No eixo político, há a predominância de temas sobre as ações chinesas em instituições internacionais e nas relações Sul-Sul. No eixo securitário, o destaque fica com os teatros de operação na Região da Península Coreana e no Mar do Sul. Por último, o eixo econômico se mostrou o mais evidente, priorizando compreender o peso do mercado chinês e seus efeitos no mundo e na política econômica brasileira.

Palavras-Chave: Relações Brasil-China. Bibliometria. Relações Sul-Sul. Revisão de Literatura

ABSTRACT

The present study aims to provide an overview of national academic production on China's international insertion, focusing on political, security, and economic perspectives, while indicating the main themes and convergent results. Additionally, the study seeks to identify the profile of Brazilian academia by pointing out the publication poles, the volume of works over time, and the most frequent type of research. Qualitative and quantitative analysis were used as the methodology to conduct a digital scan of the collected material, constructing graphs and word clouds. The results indicate a predominance of the South and Southeast regions in the number of works, exponential growth over time, and a greater interest in research on Chinese ascension through economic development. Regarding the political axis, there is a predominance of themes on Chinese actions in international institutions and in South-South relations. In the security axis, the emphasis is on theaters of operation in the Korean Peninsula region and the South China Sea. Lastly, the economic axis is the most evident, prioritizing an understanding of the weight of the Chinese market and its effects on the world and Brazilian economic policy.

Keywords: Brazil-China relations, Bibliometrics, South-South cooperation, Literature review.

摘要

当前研究旨在提供21世纪国内关于中国国际插入的学术研究的概述，重点关注政治、安全和经济方面，同时指出主要主题和收敛结果。此外，该研究还旨在确定巴西学术界的概况，指出出版中心，随时间推移的作品量以及最常见的研究类型。该研究采用定性和定量分析作为方法，对收集的材料进行数字化扫描，构建图表和词云。结果表明，在作品数量方面，南部和东南部地区占主导地位，随着时间的推移，作品量呈指数级增长，并对中国通过经济发展的崛起的研究表现出更大的兴趣。关于政治方面，主题主要集中在中国在国际机构和南南关系中的行动。在安全方面，重点放在朝鲜半岛地区和南海的作战区。最后，经济领域最为明显，优先考虑了中国市场的重要性以及其对世界和巴西经济政策的影响。

关键词:巴西中国关系, 计量文献分析, 南南合作, 文献综述。

LISTA DE TABELAS

Gráfico 1 - Volume de Trabalhos em relação ao ano (2000-2022).....	37
Gráfico 2 - Distribuição de instituições por região.....	38
Gráfico 3 - Volume total separados por tipo de trabalho.....	38
Gráfico 4 - Volume de Trabalhos por Instituições.....	39
Gráfico 5 - Volume de Trabalhos contendo o Brasil como elemento passivo na análise..	44
Figura 1 - Nuvem de palavras com os termos mais frequentes em todos resumos.....	40
Figura 2 - Nuvem de palavras com termos mais frequentes em artigos filtrados pelos operadores booleanos do eixo político.....	42
Figura 3 - Nuvem de palavras com termos mais frequentes em artigos filtrados pelos operadores booleanos do eixo securitário.....	45
Figura 4 - Nuvem de palavras com termos mais frequentes em artigos filtrados pelos operadores booleanos do eixo econômico.....	47

Sumário

1.	Introdução.....	10
2.	Contexto Histórico.....	14
2.1	Reformas Chinesas e processo de inserção internacional.....	14
2.2	Relações entre Brasil e China no século X.....	19
	Aproximação sino-brasileira no contexto do século XI.....	22
3.	Metodologia.....	27
3.1	Escolha do banco de dados.....	27
3.2	Crítérios de separação das áreas temáticas.....	30
3.3	Ferramentas de análise.....	33
4	Apresentação e análise do material investigado.....	35
4.1	O Perfil da Academia e de suas Produções: volume de trabalhos, peso regional e institucional; temas frequentes e investigações prévias.....	35
4.2	A percepção da inserção internacional chinesa através da via política: os temas consensos e divergências sobre a política externa chinesa.....	42
4.3	O Entendimento brasileiro sobre as questões securitárias chinesas: os teatros de operação e a garantia do recursos estratégicos.....	44
4.4	A Inserção Internacional da Economia chinesa: os efeitos no Brasil e no mundo, atritos com poderes tradicionais e as capacidades nacionais chinesas de crescimento e produção.....	47
5	Conclusões.....	49
	Referências Bibliográficas.....	54

1. INTRODUÇÃO

Após o rompimento das relações Sino-Soviéticas e o período de instabilidade interna chinesa com o falecimento de Mao Zedong (1976), a China buscou por reformas estruturais no Partido Comunista Chinês (PCCh) e nos setores mais afetados pela crise, principalmente o social e o econômico. Sem o apoio soviético, a China precisou recorrer a novas estratégias para sua política externa. A postura pragmática chinesa foi a resposta encontrada para poder restabelecer laços com seus vizinhos, estremecidos com conflitos regionais e divergências ideológicas, bem como uma aproximação com os EUA, na chamada diplomacia *ping pong* (CEPIK, 2012). Outro ponto importante dessas reformas foi sua aproximação com os países do Sul Global, angariando apoio diplomático mútuo em ambientes multilaterais, questões latentes no fim da década de 1980, como as questões sobre o Tibete, a devolução de Hong Kong e as tensões com a crise econômica de Taiwan eram tópicos muito sensíveis para o governo e que afastaram o contato do ocidente com o país (ABI-SAD, 1996).

Com o fim da Guerra Fria na década de 1990, a China estabeleceu uma nova dinâmica de inserção internacional por meio de seus planos quinquenais, que estabeleceram metas de crescimento e um programa de reestruturação econômica, principalmente nos centros urbanos. Com o encerramento do período de unipolaridade dos Estados Unidos a China buscou se inserir no Sistema Internacional de forma autônoma e independente (BECARD, 2008). Com a ampliação das relações multilaterais chinesas, o país conseguiu angariar parceiros que antes eram atrelados às dinâmicas políticas históricas, como era o caso dos países africanos com a Europa ou a América Latina com os EUA. Dessa forma, surgiram também atritos diplomáticos com as antigas potências, que passaram a observar a China com cautela e inclusive rivalidade (ZHENG, 2012).

Este crescimento contínuo e constante, presente nas décadas seguintes, chamou a atenção de diversos *think tanks* e instituições de pesquisa, que viam a China como um ator importante e praticamente indispensável. Analisar o *going out* global chinês se tornou um tema em voga nos inúmeros cenários da política internacional, inclusive nas dinâmicas entre os Estados mais afastados da região, especialmente em suas relações bilaterais. As dinâmicas como as de centro-periferia sofreram mudanças pelo peso chinês e pelos novos direcionamentos da política da Europa e dos Estados Unidos (PAPAGEORGIU, VIEIRA 2021). No caso brasileiro, é durante os anos 2000 que

a China passou a ser o maior parceiro econômico do país.

É com esta perspectiva que este trabalho tem como objetivo avaliar qual a interpretação (ou percepção) da academia brasileira sobre a inserção internacional chinesa por meio das perspectivas política, securitária e econômica. Identificando os principais termos utilizados pelos pesquisadores, seus assuntos mais relevantes e se é possível apontar consensos ou divergências nos resultados encontrados pelos pesquisadores. Em relação aos objetivos específicos, o primeiro é a montagem do banco de dados unificando os acervos do BDTD e do Dados Abertos Capes e da coleta e filtragem do material para a análise de dados. O segundo objetivo é a montagem do perfil da pós-graduação da academia brasileira. Para isso, busca-se apresentar quantitativamente os polos de produção de trabalhos e as macrorregiões com maior volume, assim como indicar as flutuações do volume de trabalhos ao longo do tempo da análise.

Ainda que as relações Brasil-China sejam menos conflituosas como as da Europa e dos EUA, a percepção geral da sociedade brasileira sobre a China ainda é rodeada por preconceitos e desconhecimento. As percepções das mudanças econômicas, via novas parcerias e fluxos de mercado; das mudanças políticas, com a chegada ao poder de Xi Jinping e reformas políticas dos governos anteriores; e da visão do teatro de operações chinês, tanto no relacionamento com seus vizinhos locais quanto na assertividade em proteger o que considera vital para sua segurança nacional, têm sido latentes na mídia brasileira e no meio acadêmico, que acabam inserindo a “variável China” em tópicos cada vez mais diversos.

Este tema se torna importante para a sociedade brasileira, pois serve para reforçar os laços já existentes com o país asiático. Poder desmistificar uma série de argumentos errôneos ou ultrapassados, além de construir uma visão estratégica brasileira própria e autônoma que consiga captar as nuances entre as relações bilaterais, sem depender de fontes, opiniões e interferências externas é vital para o progresso científico do Brasil e dos estudos da área. Outro ponto relevante é sobre a capacidade de aproximação entre os dois países, é possível notar que a percepção brasileira sobre a China ainda é permeada de orientalismo e desconhecimento, e vice-versa. Por experiência própria, em conversas com chineses e brasileiros, percebo que ainda há uma grande lacuna no conhecimento mútuo, mas também é notória a curiosidade latente sobre o assunto.

A metodologia utilizada é a da Análise Bibliométrica. Este tipo de metodologia tem sido utilizada na coleta de grandes quantidades de informações, em que a leitura da

produção de material em seu *estado da arte* se torna muito difícil, dado o volume de trabalhos divulgados. Com isso, é importante reunir as informações mais vitais em blocos para melhor analisar o conteúdo e montar um panorama geral. Este processo que antes era realizado manualmente, atualmente conta com o auxílio de ferramentas digitais, permitindo analisar o conteúdo de grandes quantidades de texto (GENTZKOW; KELLY; TADDY; 2019).

Em relação à hipótese, espera-se que o perfil acadêmico tenha uma incidência maior nas regiões Sul e Sudeste e que haja uma progressão constante no aumento do volume de trabalhos. Em relação ao conteúdo, o eixo político tende a centrar no dilema conflito/cooperação com as potências do Sistema internacional, em especial nos âmbitos bi e multilaterais. No eixo econômico, o foco acadêmico se direciona para as capacidades produtivas internas da China e o projeto da Nova Rota da Seda, Por último, o eixo securitário terá como ponto central as capacidades de defesa chinesas e os teatros de operação na Ásia, em especial em relação ao Japão e a Coreia e o Mar do Sul. Estas hipóteses se fundamentam em experiências empíricas em sala de aula e

No que tange a estrutura do trabalho, o primeiro capítulo busca apresentar o contexto histórico que insere a análise dos textos. É muito importante que se tenha um pano de fundo sobre o conteúdo do material, com isso o primeiro capítulo abordará o período entre o fim de 1960 até os dias atuais, primeiro com o processo de reforma chinesa e a mudança política de inserção internacional do país. Em seguida, as relações históricas entre o Brasil e China durante o século XX, desde o início das relações bilaterais formais, durante o governo militar até o fim do século. Por último, será abordada a relação Brasil-China no contexto do pós-Guerra Fria, com as mudanças, principalmente durante os Governos Lula e Dilma, com o aprofundamento das relações e a maior aproximação nos órgãos multilaterais, principalmente no BRICS.

O segundo capítulo contará com a parte descritiva da metodologia de trabalho, relatando o processo de montagem do banco de dados, como a escolha dos bancos *Dados Abertos Capes* e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) para buscar o material “bruto” e as categorias nas quais se buscou analisar primariamente (Nome, Região, Universidade e Ano), de forma a montar um acervo de metadados sobre as características da origem dos trabalhos. Na segunda parte, serão colocados os critérios de busca pelas palavras-chave nos três eixos temáticos (Securitário, Econômico e Político). Este processo definirá quais serão os operadores *booleanos*¹ que servirão para

¹ Termos de busca que informam ao sistema como devem ser combinadas as palavras chave, geralmente

realizar a análise de conteúdo do material e filtrá-los em diferentes *clusters*². Por último, serão apresentados os programas utilizados para a busca dos conteúdos e separação temática, bem como a criação de gráficos e tabelas. Este processo é importante como demonstração do ferramental teórico utilizado, visto que os programas de análise de dados apresentam metodologias de busca diferentes.

O terceiro capítulo apresenta os resultados obtidos. É nesta parte que serão apresentadas as tabelas e gráficos com os metadados citados anteriormente, além do volume total de artigos. Esta primeira parte é fundamental para traçar qual o período de maior publicação de trabalhos, quais são as regiões que mais estudam sobre o assunto e quais universidades são mais incidentes. As implicações destes dados serão analisadas nas conclusões, visto que há uma gama de hipóteses que podem apontar a heterogeneidade entre as regiões e que não entram no escopo principal deste trabalho. Em suas subseções serão analisados os resultados das buscas entre os três eixos. Primeiramente, o mapa de palavras, indicando quais os termos mais utilizados pelos pesquisadores. Este tipo de metodologia é importante para definir quais os termos mais utilizados pela academia nos diferentes tipos de análise. Em seguida será feito um apanhado do conteúdo do material, apontando quais são as linhas de pesquisa mais presentes, bem como quais são as conclusões mais aparentes dos autores. Entre cada eixo também serão aplicados os metadados específicos de cada tema, filtrando cada tema de forma mais precisa. É importante ressaltar que poderão haver trabalhos que estejam em mais de um eixo, isso se deve pelo escopo do trabalho englobar mais de uma área.

Após a análise dos resultados e a montagem do mapa conceitual, conclui-se então, sobre as implicações possíveis entre os resultados. Primeiramente sobre as dificuldades encontradas na montagem do material, assim como o processo de criação das tabelas e gráficos. Em seguida, os resultados das incidências de universidades e seu tempo, levando em consideração as realidades de cada região do Brasil e suas respectivas comunidades acadêmicas. Por fim, com cada eixo temático, contendo suas tendências, consensos e divergências. É possível apresentar interpretações sobre a frequência de determinados temas, o período em que são mais presentes e a perspectiva geral da academia brasileira sobre a inserção internacional chinesa, além dos resultados encontrados em trabalhos que estão presentes em mais de um eixo.

utilizados como: “OR”, “NOT” e “AND”. Ex:

² Agrupamento de dados categoricamente separados.

2. CONTEXTO HISTÓRICO

Neste capítulo serão apresentados os condicionantes históricos que culminaram nas reformas da década de 1970 e dos programas de desenvolvimento atuais, bem como as relações da China com o Brasil ao longo dos séculos XIX, XX e XXI.

2.1 REFORMAS CHINESAS E PROCESSO DE INSERÇÃO INTERNACIONAL

No período da China Imperial, no qual se passa a grande parte da história chinesa, o sistema de governo era centralizado por meio da figura do imperador e se manteve, grosso modo, da mesma forma até o fim do Império em 1912. Ainda que houvesse períodos de unificação e de descentralização. A base social confucionista é uma das vertentes na qual se estabeleceu grande parte da cultura chinesa, pelo menos nas relações de poder da sociedade. A responsabilidade dual entre senhores e vassallos, bem como a rigidez das estruturas familiares, eram repetidas no ambiente governamental e político (FENG 2015). No século XVIII, com os avanços das potências europeias na Ásia em busca do domínio das rotas comerciais com o Oriente, a China passou por um período de invasões e influências externas que abalaram os sistemas de crenças chinês e fragilizam a ordem social (CABRAL 2004). Ainda com a tentativa de se reestabelecer como o "reino do centro do mundo", os enfrentamentos com os países colonialistas têm seu ápice na Guerra do Ópio, em 1839, cujo resultado obrigou a China a assinar uma série de acordos desfavoráveis, entregando a concessão de portos e abrindo mercado para outros países ocidentais e para o Japão, criando uma situação de caos social ainda mais profunda (MILARÉ; DIEGUES; 2012). Este período da história Chinesa é conhecido como os "100 Anos de Humilhação", no qual o país foi palco da Guerra do Ópio, da Guerra dos Boxers (revolta de forças anti-coloniais contra o imperador), da Revolução Taiping (guerra de chineses católicos para destronar o imperador), da 1ª Guerra Mundial, da invasão do Japão na Segunda Guerra e da Guerra civil entre o PCCh e o *Guomindang* (Partido Nacionalista liderado por Chiang Kai-shek), em 1949. Este período se encerra após a guerra civil, onde a China se reestrutura como um Estado nacional moderno (BECARD, 2008).

A Revolução de 1949 foi responsável pela mudança significativa das estruturas de poder imperial e encerraram os resquícios do poder de governantes oriundos do período anterior. A redefinição da estrutura burocrática civil e militar que era baseada

na dominação imperial e na hereditariedade, a expulsão de proprietários de terra e o expurgo da burguesia que se estabeleceu devido à influência do poder das potências estrangeiras foram os principais motivadores de mudança na revolução chinesa (MILARÉ; DIEGUES, 2012). Outro fator revolucionário importante que motivou as massas chinesas foi a reforma agrária. Com uma sociedade majoritariamente agrícola e pouco industrializada, a exploração dos trabalhadores do campo foi um dos pontos importantes que deu o apoio necessário ao Partido Comunista (DONG, 2004). Em 1949, após a Segunda Guerra Mundial e a guerra civil contra o Guomintang, o PCCh buscou uma estratégia de desenvolvimento econômico baseado na modernização e ampliação do setor primário, como forma de adquirir experiência e tecnologia para investimentos no setor industrial, diretamente encabeçado pelo Estado chinês (MILARÉ; DIEGUES, 2012).

É dentro deste contexto que o Grande Salto à Frente é proposto em 1958, com a excessiva centralização do planejamento econômico e o grande peso da burocracia estatal para o manejo da produção, o objetivo era dinamizar a tomada de decisões de forma menos centralizada, assim acelerando o processo de desenvolvimento e transformação industrial. Entretanto, a descentralização da produção sem uma devida coordenação por parte das comunas que passaram a administrar os campos fez o sistema entrar em colapso. Este fracasso fez com que o plano fosse abandonado rapidamente e que o setor agrícola fosse reorganizado pelo governo (LU, 2004). Esta “virada de chave” da distribuição produtiva chinesa foi fundamental para as mudanças de Deng Xiaoping, pois já havia um ambiente pré-industrial, relativamente autônomo, para o desenvolvimento do setor fino e de alta tecnologia que seria aplicado nas Zonas Econômicas Especiais (MENDONÇA, 2009).

A Revolução Cultural foi o terceiro principal programa da era Maoista Chinesa, com a crise causada pelo Grande Salto, um dos pontos da revolução era justamente as mudanças sociais na ordem cultural chinesa. Com o objetivo de eliminar o pensamento confucionista de hierarquias, e o pensamento reacionário e estagnado que estava se moldando nos quadros do partido, a Revolução cultural teve o propósito de promover o questionamento de autoridades e de "reacender o espírito revolucionário“ nos mais jovens (FIGUEIREDO 2003). Aconteceram então, uma série de ataques a intelectuais, professores e lideranças locais, que causaram grande agitação social dentro do país. O objetivo de restauração de Mao ao poder, fragilizado após o Grande Salto, foi realizado com sucesso e estabeleceu o chamado Grupo dos Quatro (os quatro

oficiais ligados a Mao, entre eles sua esposa, Jiang Qing). O turbilhão político interno foi responsável por uma série de expurgos e prisões de membros do partido que seguissem uma linha mais liberal, além do exílio de altos membros como o próprio Deng Xiaoping (MENDONÇA, 2009). O ambiente que se instaurou no país o isolou de forma mais profunda do Sistema Internacional, além de atritar a relação com seus vizinhos e parcerias tradicionais (ABI-SAD, 1996).

Com o falecimento de Mao Zedong, em 1976, e a ausência de um herdeiro político direto, houve um rearranjo político dentro do *bureau* chinês. Após a prisão e julgamento do Grupo dos Quatro, o Partido Comunista foi assumido pelo setor de Deng Xiaoping. Com a ideia de promover uma reestruturação de ordem econômica, política e social, reduzir o aparato estatal e sua centralização, que não foi feita em sua totalidade durante o Grande Salto, o governo Deng, em 1978, diminuiu o número de secretarias, separou o Governo do partido e aplicou programas de desestatização de empresas (DONG, 2004). Este último foi responsável por mudanças que pudessem encabeçar os planos quinquenais consecutivos que visavam a transformação da China em uma economia socialista de Mercado, e de não centralizar a tomada de decisão estatal exclusivamente nas mãos do partido (LU 2004; FIGUEIREDO, 2003).

As mudanças com a ascensão de Deng Xiaoping direcionaram a China com objetivos claros de desenvolvimento, e para isso a postura da política externa Chinesa também teve que passar por modificações. Em primeiro lugar, o país retomou as relações com os países do ocidente e com seus vizinhos, ao se comprometer com os meios multilaterais, além de encerrar o financiamento de partidos comunistas na Ásia. Estas mudanças concederam à RPC o retorno ao Conselho de Segurança como representante oficial do Povo Chinês na ONU, posto antes ocupado pela República da China (Taiwan) (ABI-SAD, 1996). O que pode ser considerado a “virada de chave” no entendimento da China como uma potência, foi a conquista da bomba nuclear em 1964. Dessa forma, métodos convencionais já não eram mais aplicáveis e era preciso integrar a China ao sistema de forma mais segura, era sentido que a aceitação internacional por parte do bloco capitalista, da China Continental era, dos males, o menor (BECARD 2008).

Outro ponto importante para a reestruturação política chinesa no fim do século foi a sua mudança de relações com o Japão, como forma de participar mais ativamente de fóruns e ambientes multilaterais, a China diminuiu suas críticas e demandas pelos crimes de guerra japoneses durante a Segunda Guerra, evitando entrar em atrito

diplomaticamente sobre estes assuntos (ABI-SAD, 1996). Durante o milagre japonês, boa parte dos investimentos externos eram realizados na China, como *joint Ventures* que atuavam no setor terciário e de tecnologia. A transferência de *know-how* japonês para as indústrias chinesas possibilitou o desenvolvimento paralelo de empresas de tecnologia nacionais e que pudessem produzir estes produtos para fora das ZEE's (MENDONÇA 2009). Esta postura em relação ao Japão foi importante inclusive no ambiente político, pois significou um importante aliado para os chineses contra o eixo político Moscou-Hanoi, estabelecido depois da Guerra do Vietnã, da ruptura Sino-Soviética e das tensões sobre a fronteira da Mongólia (ABI-SAD, 1996).

Com a reestruturação política, ocorreram diversos programas de democratização do país. Como Deng Xiaoping era de uma vertente opositora de Mao Zedong, uma das primeiras medidas foi justamente o combate ao culto à personalidade, buscando retirar o caráter vitalício dos altos cargos do partido. Outro ponto importante foi a aposentadoria de antigos nomes do partido, como forma de atrair membros mais novos para o centro de tomada de decisão. Esta medida, em parte, também serviu para retirar os nomes opositores mais radicais ao grupo de Deng (BECARD, 2008). Ainda assim, ondas de movimentos contrários ao governo surgiram em cidades como Pequim e nas regiões autônomas de Xinjiang e Cantão. Este momento de instabilidade política atingiu seu ápice durante a visita de Gorbachev à China, em 1989, ofuscada pelos acontecimentos de Tiananmen. A resposta chinesa ao ocorrido chocou a imprensa internacional e causou uma grande retaliação ao país, diversas sanções foram aplicadas e surgiram vastas críticas ao governo de Deng Xiaoping, principalmente pelo caráter contraditório de conciliador e pragmático adotado pelos chineses desde a morte de Mao (ABI-SAD 1996).

Entra-se os anos de 1990 com o fim da União Soviética, que mesmo em processo de desmonte e historicamente rompida com a China, representou uma significativa mudança no balanço de forças mundial. Esta mudança impulsionou a China a manter seus programas de desenvolvimento e realocar o país como uma grande potência internacional (BECARD 2008). No mesmo ano, com a economia em estagnação, o Japão declarou que ia manter negócios com a China, aliviando em grande parte as sanções impostas pelos Estados Unidos e Europa, alimentando as empresas chinesas e reforçando o desenvolvimento do mercado interno. Com a Guerra do Golfo, em 1991, a China pôde utilizar sua posição no Conselho de Segurança para conquistar parte da simpatia perdida (GARVER 2016). Outro ponto importante foi a devolução, à China, da região de Hong Kong e Macau, além de resolução em parte com o governo de Taiwan,

ambos eventos possuindo um significado simbólico importante para o povo chinês, pois representavam o encerramento das consequências dos 100 anos de humilhação (BECARD 2008).

Dessa forma, o ambiente chinês de mudanças é consequência de uma série de decisões políticas que pré-condicionaram as reformas modernizantes do fim da década de 1970. Deng Xiaoping assumiu uma China com uma base industrial consideravelmente maior e cuja participação no PIB equivale ao da agricultura (MILARÉ; DIEGUES, 2012). Além da questão estrutural da produção, o *know-how* adquirido e a modernização da produção agrária tornaram o país muito mais eficiente na produção de alimentos e no aproveitamento de novas terras (MENDONÇA, 2009). Por último, o processo de crescimento já estava em andamento durante o período maoísta. A grande mudança por parte do grupo de Deng foi a de fazer uma reforma política que não colocasse em risco a estrutura do país e preservasse o que já tinha sido alcançado, sem maiores danos (MENDONÇA, 2009).

A mudança no campo cultural, em diminuir o culto à personalidade e afastar a imagem do partido da figura de Mao Zedong de forma gradual e não agressiva, era importante para manter a coesão interna em um momento de transição de poder, principalmente quando a mudança de governo residiu em um setor diametralmente oposto ao que estava vigente (MENDONÇA, 2009). O novo governo apoiou-se no fracasso da Revolução Cultural e no descontentamento popular com o programa para poder pôr em prática um projeto de mudança mais pragmático e moderado, e que direcionaria o partido para os rumos de desenvolvimento atuais, ainda sim, enfrentando forte atrito e competição em um sistema crescentemente multipolar (KISSINGER, 2011).

Dessa forma, ao levar em consideração, a extensão territorial, o tamanho da população e a diversidade cultural que a China apresenta, nota-se o grande esforço em governá-la como um Estado coeso e unificado. Ainda assim, o orgulho de ser o país do centro do mundo³ é uma característica cara ao povo chinês. Após um período de subordinação e fragilidade de seu sistema político-social, os esforços nacionais das décadas seguintes buscam resgatar seu passado glorioso, mas com características condizentes com o período moderno, em especial com as dinâmicas do Sistema Internacional. Assim, a China, ao longo do tempo, buscou restabelecer sua autonomia e independência utilizando de suas capacidades nacionais. Isto não significa que não

³ O nome em Mandarim para China é 中国 (*zhōngguó*), cujo significado é “País do Meio”

tenham existido momentos de crise, mas estes não se assemelham com a fome e a exploração dos tempos passados

2.2 RELAÇÕES ENTRE BRASIL E CHINA NO SÉCULO XX

A China e o Brasil possuem paralelos que tornam seus comparativos plausíveis. Ambos são países continentais, de grande relevância para as rotas comerciais internacionais e possuem forte passado colonial, ainda que de formas diferentes. Com novos estudos e descobertas de historiadores, há fortes indícios que os primeiros contatos entre os dois países se deram ainda no tempo colonial, em torno do século XVII e XVIII, por meio do papel dos jesuítas (CABRAL 2004). Com a expansão do domínio europeu nas rotas do oriente e a conquista de diversas cidades portuárias e ilhas, como Goa na Índia e Macau na China, a penetração cultural europeia se deu fortemente por meio da Companhia de Jesus, onde tanto nos domínios Espanhóis quanto Portugueses, estabeleceram missões (ou pelo menos tentativas) em diversas regiões da Ásia, principalmente no Sudeste (MURAYAMA-CAIN 2010).

Com a fissão entre a Igreja Católica Romana e a Ortodoxa, o contato romano com o oriente diminuiu consideravelmente. A igreja ortodoxa ainda mantinha tradições e proximidade com a cultura oriental, através do império Turco-Otomano e do Império Persa na Ásia Central, ponte para o império Chinês (FRANKOPAN, 2019). Já a Igreja Romana se manteve voltada para a Europa, e com a expansão marítima das potências coloniais, estiveram juntamente os jesuítas e os padres, como forma de recolher material intelectual que fluía por estas novas rotas, também com o objetivo de ampliar o alcance do cristianismo. Com estes objetivos, diversas obras da filosofia oriental foram traduzidas para as línguas europeias e levadas para as bibliotecas (CABRAL, 2004). Em países como o Japão, houve medidas de controle destas missões, incluindo a proibição do cristianismo pelos Daimiôs⁴ e a prisão de missionários e católicos no país. Enquanto nas Filipinas o cristianismo era cada vez mais presente, devido à dominação espanhola (MURAYAMA-CAIN 2010).

Em terras brasileiras, o contato entre as culturas era presente graças ao fluxo de missionários que vinham de diversos lugares do mundo. A Bahia representava uma grande cidade colonial na América no quesito cultural e estratégico. O caso mais famoso

⁴Do japonês 大名 (*Daimyō*) é o nome dado aos grandes senhores de terra do Japão feudal.

é o de Charles Belleville, jesuíta francês que esteve em missão na China (sob o nome de Wei-Kia-Lou) e se aposentou na Bahia durante o século XVIII. Para Portugal, o acesso ao mercado chinês era muito importante para a prosperidade de suas companhias comerciais, o contato direto com a China representava uma aproximação discreta mas presente da Coroa Portuguesa (MURAYAMA-CAIN, 2010; MIGLIACCIO; MARTINS, 2018). Com a independência do Brasil em 1822, era necessário restabelecer as relações diplomáticas com outros Estados, dessa forma o jovem país realizou uma missão diplomática à China em 1843. Em 1881, foi assinado um tratado de amizade entre a China e o Brasil, formalizando as relações bilaterais. Este contato se manteve no campo econômico e de forma pouco profunda ao longo do século XIX, distanciando-se ainda mais com os eventos da Revolução Chinesa (CABRAL, 2004).

Em 1949, no início da Guerra Fria, a política externa brasileira do governo do então presidente Eurico Gaspar Dutra era alinhada com a dos Estados Unidos, reconhecia apenas a República da China (Taiwan) como representante do povo chinês, além de ter rompido as relações com a URSS em 1947 (COSTA, 2018). Com o Governo de Juscelino Kubitschek, a política externa brasileira começou a pender para uma postura de neutralidade, se desvinculando do alinhamento automático com os EUA. Foi durante o Governo de Jânio Quadros, que o Brasil assumiu uma postura própria, a chamada Política Externa Independente (PEI) (VIZENTINI 2004). O país buscava novas parcerias comerciais e novos mercados para fomentar o processo de industrialização nacional. Com isso, a aproximação com a República Popular da China tinha cunho quase que exclusivamente comercial, em questões como desembaraços aduaneiros e questões financeiras (DANTAS, 1962). Em 1961, a missão diplomática brasileira para a RPC causou grande repercussão, primeiro pelo fato do Brasil não reconhecer a RPC como representante oficial da China; segundo, pela visita ser chefiada pelo vice-presidente, o que dava um caráter mais formal (COSTA, 2018).

A reverberação da visita dentro do Brasil teve grande impacto na estabilidade de Jânio Quadros. O presidente foi acusado de estar simpatizando com os chineses e de fomentar movimentos de esquerda no país. Com isso, acreditando ter base de apoio suficiente para se manter no poder, pediu a renúncia e esta foi aceita. Como Jango ainda estava na China quando foi realizado o processo de renúncia, a oposição declarou que este tinha abandonado o cargo, não o deixando assumir como vice, instalando um regime parlamentarista temporário, que durou até o golpe militar de 1964. Mesmo durante o período parlamentar, o Brasil ainda manteve missões com a RPC e recebeu

representantes para tratar de assuntos majoritariamente econômicos ou culturais (COSTA, 2018; ABI-SAD, 1996). Com o Golpe de 1964, houve um estremecimento de relações bilaterais e arrefecimento na aproximação, só retomada na década de 1970 (SILVA, 2004)

Na década de 1970, dois eventos marcam a política externa brasileira. O primeiro deles foi a troca de governo para uma linha mais moderada, na figura de Ernesto Geisel. O segundo foi a Crise internacional do petróleo, em 1972, que obrigou o Brasil a achar novos substitutos para os combustíveis e atenuar os efeitos da crise financeira gerada pela alta dos preços do barril de petróleo e diminuir as tensões políticas oriundas do fim do Milagre Econômico, maior trunfo da estabilidade política do governo Médici (VIZENTINI, 2004). O alto custo do petróleo representava cerca de 40% do volume de custos brasileiro, o país era um dos maiores importadores internacionais e o maior dos países em desenvolvimento (SANTOS, 2000). Muito disso se deve à política de fomento rodoviário, que tinha o objetivo de atrair investimentos externos e gerar uma indústria forte e tecnológica baseada na produção de automóveis. Em certo momento, o Milagre Econômico brasileiro obteve êxito em promover altos níveis de crescimento, mas com a alta explosiva do barril de petróleo e o retrocesso do sistema de crédito internacional pela alta demanda encerraram esta crescente brasileira (VIZENTINI 2004).

As relações bilaterais Brasil-China foram pautadas principalmente na troca de bens primários e materiais para a indústria de base. Este fluxo de insumos auxiliou o Brasil no processo de desenvolvimento industrial da década de 1970. Por meio de volumosos empréstimos internacionais, o Brasil fomentou seu desenvolvimento industrial e passou a exportar bens industrializados, com maior destaque para o setor automobilístico, com modelos brasileiros sendo exportados para países árabes e para o Irã (BECARD, 2008; SANTOS, 2000), além de componentes eletrônicos para a China. A nova postura brasileira de competir no mercado internacional foi motivo de atrito entre os poderes vigentes. Para isso, foi necessário estabelecer uma política externa pragmática e independente dos EUA e, ao mesmo tempo, criar uma nova relação política com seus vizinhos de pacificação e não isolamento do restante do continente (SOUTO MAIOR, 2000).

Durante a década de 1980 e a estagnação da economia brasileira, o fluxo comercial entrou em recuo, primeiro com o declínio dos níveis de produção brasileira e do alto endividamento externo que paralisou os programas de investimento nacional. Em

segundo, o desenvolvimento chinês já tinha adquirido conhecimento técnico para produzir os próprios produtos ofertados pelo Brasil, ou conseguia por condições mais atrativas de outros parceiros (BECARD, 2008). Mesmo assim, para que o constante desenvolvimento chinês não cessasse, era necessário que a economia chinesa passasse por um processo de abertura de cunho acadêmico e cultural. Com o objetivo de aproximar a cultura chinesa de seus antigos parceiros e prospectar novos, criaram-se centros de pesquisa sobre o terceiro mundo, eventos culturais e missões diplomáticas. No caso brasileiro, alguns eventos culturais e institutos eram ligados a comunidades chinesas no Brasil (CABRAL, 2004).

Na década de 1990, a China buscou uma relação mais profunda com o Brasil e com a América Latina em si, o cenário visava a atuação com a China para promover um processo de desenvolvimento mútuo. Em 1995, o então presidente Fernando Henrique Cardoso visitou o país, além de realizar exposições de arte e projetos diplomáticos, e participou das celebrações dos 25 anos de relações bilaterais e dos 50 anos da revolução, em 1999 (CABRAL, 2004).

Com o processo de abertura nacional e declínio da economia durante a primeira metade da década de 1990 no Brasil, foi necessária a retomada de medidas de proteção do mercado nacional, logo, a China se mostrou um parceiro promissor para as novas medidas econômicas (MELUCCI; OLIVEIRA, 2004). Em termos científicos, o projeto que solidificou e indicou os rumos da nova forma de parceria entre Brasil e China foi o lançamento do satélite CBERS-1, desenvolvido de forma conjunta entre os pesquisadores brasileiros e chineses e lançado na Estação espacial de Taiyuan, na China (INSTITUTO DE PESQUISAS ESPACIAIS, 2018).

2.3. APROXIMAÇÃO SINO-BRASILEIRA NO CONTEXTO DO SÉCULO XXI

A entrada para o novo milênio e a nova relação multipolar teriam um peso significativo nas mudanças internas de ambos os países. O Brasil, após uma década e meia de estagnação e crise, pôde reorganizar os objetivos nacionais em buscar sua posição dentro do novo sistema multipolar (MOURA, 2012). A China, por sua vez, buscou consolidar seu projeto de desenvolvimento que orienta sua economia desde o governo de Deng Xiaoping, para isso, era necessário usar do grande potencial de seu mercado interno, assim, precisando de novas parcerias e estreitando laços com parceiros de longa data (ZUO, 2011). As novas potências emergentes estavam surgindo com

uma dinâmica diferente da ordem anterior, além de um contato ainda maior em termos de cooperação e diplomacia, como é o caso das organizações regionais e futuramente dos BRICS.

A China, ao longo dos anos 2000, começou a pôr em prática suas medidas de abertura de mercados. O grande comparativo que se pode fazer entre o Brasil e o país asiático é o fortalecimento de seu mercado interno (BECARD, 2008). Para a China o objetivo vital de seu plano quinquenal era o aumento do poder de compra de sua população, para que pudesse fortalecer suas empresas nacionais, que seriam sufocadas frente à competição de empresas de escala internacional (MENDONÇA, 2009). A partir do momento que estes condicionantes foram cumpridos, o país foi gradualmente se inserindo com mais afinco em órgãos internacionais, como a OMC. No caso brasileiro, este processo de fortalecimento do mercado nacional não aconteceu de forma satisfatória, e a liberalização econômica causou uma inversão na balança comercial de exportações e importações, levando a uma onda de falências de empresas que dependiam destas medidas de proteção, principalmente no ramo da informática (MELUCCI; OLIVEIRA, 2004; MOURA, 2012).

No primeiro governo Lula (2002-2006), a mudança de diretrizes da política externa foi considerável, embora o ambiente do sistema internacional esteja em um processo contínuo de multipolarização, o foco diplomático brasileiro mudou para dar prioridade aos países em desenvolvimento e do Sul global (ALMEIDA, 2019). A chamada Autonomia pela Diversificação estabeleceu os objetivos políticos brasileiros para se colocar como *player* ativo e participativo em ambientes multilaterais (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007). As relações com a China são enfatizadas de forma que o país passou a ser o segundo maior parceiro comercial em cerca de uma década. Há também uma preocupação em aumentar a presença brasileira na África. Para o governo Lula, a diplomacia com novos atores correspondia em um meio para promover o desenvolvimento interno brasileiro (MOURA, 2012).

A pauta econômica baseou-se fortemente na concretização de dois projetos nacionais não competitivos, o chinês buscava as *commodities* brasileiras para fomentar o desenvolvimento de bens de média e alta tecnologia, o Brasil buscava o mercado chinês para fomentar sua estabilidade macroeconômica. A missão Brasileira de 2004 à China teve o principal objetivo de aproximar o empresariado brasileiro e chinês, principalmente na pauta agroexportadora, que via com bons olhos o mercado asiático que não continha as mesmas medidas de proteção dos mercados estadunidense e

européu (ZUO, 2011). Entre os Anos de 2006 e 2009, na transição do primeiro para o segundo governo Lula, a China passou a cumprir um papel fundamental no desenvolvimento nacional, além de se tornar nossa principal parceira econômica; foi realizada uma série de atos de cooperação e entendimento no campo de ciências e tecnologia, principalmente no setor aeroespacial, com o lançamento dos satélites CBERS- 2 e CBERS-3 (MOURA, 2012).

Com a Crise financeira de 2008, o processo de multilateralização econômica foi enfatizado pelos países em desenvolvimento, a necessidade de cooperação mútua se tornou um objetivo em comum para conter os efeitos adversos da crise. A capacidade produtiva, a falta de uma moeda internacionalmente forte como o Dólar ou o Euro e a somatória do peso político dos cinco países, impulsionam os BRICS a promover medidas concretas de aproximação de mercados (ZUO, 2011).

A criação do grupo dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e o IBAS (fórum Índia-Brasil-África do Sul) estabeleceu uma nova relação entre os países emergentes, que, mesmos inseridos em ambientes multilaterais, poderiam negociar entre eles mesmos em condições de igualdade e sem os condicionantes prévios de instituições tradicionais, como o Banco Mundial ou a OMC, por exemplo (BECARD; BARROS-PLATIAU; OLIVEIRA, 2015). Mesmo com o ambiente propício e não conflituoso nas relações sino-brasileiras, não significa que não existam atritos. A proposta de renovação do Conselho de Segurança e o pleito brasileiro em se tornar um membro permanente não é uma demanda vista com bons olhos por todo o governo chinês. Por outro lado, o Brasil também estabelece medidas de proteção do mercado interno, há uma grande gama de ações *antidumping*⁵ de produtos chineses (MOURA 2012; ZUO 2011). O Brasil utiliza estas medidas não só para proteger seu mercado nacional, mas para poder estabelecer condições melhores em negociações, dada a alta demanda da China por commodities. Neste momento da relação já se apresenta uma assimetria maior em relação à balança comercial, que foi cada vez mais preenchida por produtos primários por parte do Brasil (HIRATUKA; SARTI, 2016).

Entre os anos de 2010 e 2015, até o golpe que derrubou Dilma Rousseff, houve um declínio das relações com a China e a perda do crescente protagonismo do Brasil no ambiente internacional como um todo. Com os abalos de governabilidade e a crise econômica que atingiu o país, o Governo Rousseff passou a elencar prioridades em

⁵ Prática comercial de uma empresa ou país de vender um produto muito abaixo do valor de mercado, o que pode eliminar a concorrência local.

relação à sua política externa e diminuir sua presença em certos ambientes vistos como secundários ou desvantajosos para o Brasil naquele momento, ainda assim manteve as mesmas orientações políticas dos governos anteriores, em especial em ambientes multilaterais (CERVO; LESSA, 2014; SILVA, 2021a).

Em 2014, ocorreu a VI Cúpula dos BRICS, considerada uma das mais importantes para a organização, visto que negociou-se a fundação do NDB, ou Banco dos BRICS, que, mesmo sendo mais modesto que as instituições financeiras internacionais, representa um caminho para se alcançar novos mercados e com condicionantes mais favoráveis (BECARD, 2015). O afastamento brasileiro de seus parceiros gerou um certo desconforto, visto que o governo passava por um momento de duras críticas na véspera de sediar a cúpula. Com uma participação discreta no evento, há um claro sinal de fragilidade nas relações com os outros membros, principalmente com a China, que deveria apresentar uma solidez maior por ser o principal parceiro brasileiro (CERVO; LESSA, 2014).

A desigualdade da relação entre os dois países entra em um momento de intensidade, com o projeto chinês conseguindo sucessivamente criar as condições favoráveis para cumprir seus projetos de desenvolvimento. Além disso, a demanda chinesa por produtos primários e o aumento do fluxo de exportações causam uma reprimarização da produção econômica brasileira (HIRATUKA; SARTI, 2016). O planejamento deficitário e os resultados insatisfatórios das instituições e projetos de inserção nacional prejudicaram a política externa diretamente. Esta diminuição também significou uma dificuldade maior em conseguir novos mercados para sustentar as reformas e projetos que estavam em curso dentro do Congresso Nacional, além do aumento da inflação e da diminuição do poder de compra da população (BECARD; BARROS-PLATIAU; OLIVEIRA, 2015). Mesmo assim, a balança comercial bilateral era superavitária para o Brasil, dado o volume das demandas chinesas, logo, esta diminuição do governo Rousseff se deu mais por fragilidade nacional do que pelos planos chineses de substituição de importações (CERVO; LESSA, 2014).

Durante o governo de Michel Temer, com a instabilidade política nacional, o objetivo central da política externa de curto prazo era recuperar a confiança de seus parceiros. Esta intenção ficou clara quando a primeira viagem presidencial de Temer foi para a China, onde se encontrou com o Secretário Geral Xi Jinping (ALMEIDA, 2019). Nos anos de sua gestão, foram assinados uma série de acordos e atos de entendimento mútuo, além de uma quantidade considerável de investimentos do tipo *brownfield* por

parte de empresas e financiadoras chinesas, principalmente nos ramos de energia, infraestrutura e tecnologia. Grande parte deste investimento e da venda de produtos primários para a China corresponderam a um aumento considerável no superávit brasileiro (HIRATUKA; SARTI, 2016). Mesmo com resultados positivos economicamente, estes investimentos podem indicar uma dependência mais profunda do capital chinês, visto que coloca áreas de sensibilidade em centros de decisão estrangeiros. Mesmo assim, a busca era manter o clima político histórico, que tem a China como parceiro complementar da economia e não competitivo (ZUO, 2011).

O governo de Jair Bolsonaro representou um abalo nas relações bilaterais, primeiramente uma das bases da campanha de Bolsonaro e de seus gurus ideológicos, em especial Olavo de Carvalho, manifestava profunda desconfiança das aproximações chinesas e acusava o PT de que a aproximação com os chineses era principalmente por cunho ideológico (ALMEIDA, 2019). Com viés fortemente anticomunista e alinhado com a política externa dos Estados Unidos do Governo Trump, o governo causou grande desconforto por parte dos diplomatas chineses. Já durante a campanha, Bolsonaro esteve em Taiwan como visita oficial, o que é considerado uma afronta, pois a China continental reclama a ilha como parte integrante de seu território (ABRANTES, 2018). Com as bases ideológicas do governo, as grandes mudanças da postura convencional brasileira foram marcadas pelo menor apreço ao campo multilateral em geral, a priorização das relações bilaterais com parceiros de governos ideologicamente próximos e a contestação de uma suposta ordem internacional “globalista” (SILVA 2022). Juntamente com parte do empresariado brasileiro que buscava preservar as conquistas diplomáticas com o país ao longo de pelo menos 30 anos, o Itamaraty buscou uma “contenção de danos” das críticas à China e a outros parceiros por questões internas feitas por altos membros do Governo (CARDOSO, 2020).

Com a pandemia de COVID-19, a resposta brasileira, “alinhada” com a linha Trumpista nos EUA, abalou o ritmo pragmático das relações bilaterais, e o aumento do discurso anti-China na política externa afastou o Brasil diplomaticamente (HIRST; MACIEL, 2022). Com declarações duras sobre a China e suas intenções por parte de ministros do governo, com foco nas figuras de Abraham Weintraub (ministro da Educação) e Ernesto Araújo do MRE, a embaixada chinesa assumiu uma postura mais incisiva e ativa sobre as declarações brasileiras. (SOUSA et al, 2020). O governo entrava em um dilema sobre a resposta à pandemia; ao mesmo tempo que atacava a China e o Comunismo, necessitava dos equipamentos médicos e vacinas chinesas para a contenção

da Pandemia, gerando um clima de atrito e desconfiança com o governo de Pequim (SILVA, 2021a).

Com a eleição de Joe Biden e o fim do governo Bolsonaro, planejando a reeleição, impulsionaram um retorno ao pragmatismo brasileiro, tanto por questão externa, com a divergência política de Biden e Trump, quanto no campo interno, na relação com alas mais moderadas de seus apoiadores (HIRST; MACIEL, 2022). O governo Biden é marcado pela postura de competição produtiva e menos calcada em cunho ideológico com a China, disputando espaço entre as parcerias chinesas, em especial na América Latina (IORIS 2021). A maior procura do governo Bolsonaro em reatar os laços com a China dependeu muito do jogo de forças internas que pretendia seguir, sem o “eixo norteador” do conservadorismo republicano, o governo tornou-se mais livre para explorar a competitividade entre as duas potências, porém também resultando numa ruptura maior com as bases de apoio (IORIS 2021).

Dessa forma, percebe-se que ao longo dos últimos três séculos, a China tem sido um país presente na política brasileira, ainda que em graus diferentes de interação. Em especial no período republicano chinês, a influência do país em um contexto de Guerra Fria e a aproximação brasileira com o governo comunista serviram de estopim ou pelo menos de vantagem estratégica para o Golpe militar que derrubou o presidente João Goulart. Ainda assim, a China se tornou um país indispensável para aliviar a economia brasileira das crises do fim do século XX. O pragmatismo brasileiro do governo militar e o aprofundamento das relações no período da democratização auxiliaram na construção das bases diplomáticas que seriam ampliadas ao longo do novo milênio. Com os governos a partir da década de 2000, a China passou a ser o principal parceiro econômico e tornou-se um ator indispensável na política externa. Dessa forma, a maneira como o governo vigente se relaciona com a China reverbera em todos os setores internos do país.

3. METODOLOGIA

Neste capítulo serão apresentados os motivos da escolha dos bancos de dados. Em seguida discorre-se sobre a metodologia quali-quantitativa. Por fim, são apresentadas as ferramentas de análise.

3.1 ESCOLHA DO BANCO DE DADOS

Este trabalho busca responder a seguinte pergunta: “qual é o panorama da academia

brasileira sobre a inserção internacional da China nos aspectos político, securitário e econômico?". Para isso, busca-se montar um perfil da pesquisa de pós-graduação brasileira sobre o assunto, indicando as regiões e universidades que mais contribuem para o tema, bem como apontar a progressão volumétrica dos trabalhos ao longo do período entre os anos de 2000 e 2022. Por fim, investigam-se os principais assuntos abordados pela academia nos três diferentes eixos, a fim de destacar os assuntos mais recorrentes e também se há um consenso ou não nos resultados encontrados por estas pesquisas.

O processo metodológico deste trabalho utiliza o ferramental metodológico de Laurence Bardin (2011) para a elaboração da análise. Separa-se, fundamentalmente, em três etapas: a coleta dos dados, a elaboração de critérios de avaliação e a interpretação do material. O material escolhido foram trabalhos de teses e dissertações apenas em português (salvos resumo/abstract), emitidos por universidades brasileiras, podendo ser públicas ou privadas, entre os anos de 2000 e 2022. Este material foi recolhido nos bancos de dados do Dados Abertos CAPES e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). É importante mencionar que o critério de análise foca na produção institucional, logo, não há distinção de pesquisadores por nacionalidade ou gênero, apenas por vínculo “pesquisador - instituição” que é determinado por qual universidade publicou seu trabalho.

A escolha do banco de dados deve primeiro se encaixar na proposta de pesquisa, para isso, utiliza-se as regras elaboradas para a aquisição de informações (BARDIN, 2011). A primeira delas é a regra de Homogeneidade, a escolha de teses e dissertações segue esta regra por não ter uma grande variedade de formatos e estruturas, ou seja, por mais que a ABNT tenha versões diferentes ao longo do tempo, o “corpo” dos trabalhos permanece semelhante e apresenta variações muito pequenas entre as instituições. Outro detalhe dentro desta regra é a questão do idioma; por mais que haja artigos produzidos em universidades brasileiras, alguns estavam em língua inglesa ou espanhola, o que foge do escopo da análise. Outro processo que passou pela mesma regra foi a questão temática. Todos os trabalhos recolhidos em ambos os bancos de dados foram encontrados com os mesmos operadores booleanos, este processo buscava principalmente no título, resumo e palavras chave (SILVA, 2021b).

Os próximos critérios são a Regra da Representatividade e da Pertinência. Como o objetivo é buscar a opinião da academia sobre o assunto, os trabalhos de mestrado e doutorado são produtos diretos do conhecimento acadêmico, bem como produções obrigatoriamente vinculadas às instituições (BARDIN, 2011). Estes trabalhos são

produto das próprias instituições e podem contribuir diretamente com a construção de políticas públicas ou privadas por meio do relacionamento das universidades com a União ou com *think tanks*, por exemplo (SECCHI; ITO, 2016). Por último, o *corpus* do trabalho passa pela Regra da Exaustividade, onde, depois de definido o corpo do projeto, todos os elementos que forem testados devem ter uma explicação, esta regra auxilia na justificativa dos documentos removidos do *corpus* (BARDIN, 2011).

A montagem do banco de dados começou com a formatação dos “dados brutos”. O portal da BDTD possui ferramentas que permitem filtrar os dados com mais facilidade, estes foram encontrados por meio de operadores *booleanos*. O catálogo de teses e dissertações da Dados Abertos CAPES contava apenas com as informações em blocos anuais, separados em três documentos que se dividiam entre 1986 a 2012; 2013 à 2016, e 2017 a 2020. Os documentos do biênio 2021- 2022 foram encontrados por meio do buscador próprio do portal do Catálogo de Teses e Dissertações e pela Plataforma Sucupira, da CNPq. Esta busca por dados em bloco foi realizada para facilitar a filtragem do material e a coleta de metadados, visto que, pelo portal, a montagem das tabelas com as informações iniciais teria que ser feita individualmente.

Realizou-se a separação do material, buscando trabalhos dentro das grandes áreas de ciências humanas, ciências sociais aplicadas e multidisciplinares. Após o recorte por grande área, foi necessária a separação por área específica. Para isso, além da área de Relações Internacionais, foram consideradas as áreas de Ciências Sociais, Ciência Política, Direito, Economia, Geografia, História e “multidisciplinares”. Como alguns programas de pós-graduação específicos para relações internacionais ou estudos estratégicos surgiram durante o período de tempo do *corpus*, foi preciso englobar uma quantidade maior de cursos. A filtragem do material foi realizada por meio de leitura e seleção manual dos trabalhos que são diretamente vinculados às Relações Internacionais.

Como os dados anuais dos dados abertos englobava todos os trabalhos de todas as áreas, cada ano continha cerca de trinta a quarenta mil trabalhos, logo, os documentos tiveram que ser separados e filtrados anualmente, e em seguida agregados. Após a junção com o BDTD, de forma parcial, o documento continha cerca de 600 trabalhos. Nesta etapa já foi possível observar que o crescimento em volume dos trabalhos aumentava a cada ano. Como foram encontrados apenas dois trabalhos nos anos 2000 esta característica se destaca visualmente à medida que a tabela foi sendo completada.

Uma questão importante é a forma como os bancos se apresentavam. Uma vez que os dois bancos estavam com formatações diferentes, foi necessário criar uma formatação própria que agregasse os dois materiais em seleções em comum. Para isso, separou-se as colunas por: Ano, Região (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste) Unidade Federativa, Universidade, Grande área, Área específica, Autor, Título, Tipo de trabalho, Palavras-Chave (se não tivesse, então N/A), Biblioteca Depositária e Idioma. Ainda assim foi necessária uma limpeza manual de elementos repetidos cuja grafia ou formato não eram identificados automaticamente pelo seletor do programa.

A última etapa de limpeza dos dados foi a seleção manual de trabalhos que não estavam na área temática da pesquisa mas que ainda assim cumpriam os requisitos dos filtros anteriores. Trabalhos de temas como os citados anteriormente, ou que eram muito específicos, como análises muito técnicas de questões legais ou econômicas, foram desconsiderados, bem como trabalhos que continham um escopo muito específico, como análises de leis, projetos de prefeituras ou comportamentos em ambientes multilaterais cujo foco não fossem as ações chinesas. Por último, foram retiradas teses e dissertações, cujo espaço temporal era anterior ao estabelecimento formal e moderno das relações Brasil - China.

Os documentos foram manualmente baixados das respectivas bibliotecas para poderem alimentar o banco de arquivos dos *softwares* de identificação de conteúdo. Neste sentido, houve dificuldades em relação à disponibilidade de arquivos que não contavam nas bibliotecas, não tinham versões digitalizadas ou eram disponíveis apenas em edições físicas, como capítulos de livros. Após realizadas todas as tentativas, os documentos que não puderam ser adquiridos em versão digital foram desconsiderados da análise por não se encaixarem na padronização do conteúdo. Findados estes processos apresentou-se um universo de cerca de 480 documentos.

3.2 CRITÉRIOS DE SEPARAÇÃO DAS ÁREAS TEMÁTICAS

A bibliometria existe desde o final do século XIX, oriunda da busca dos pesquisadores por classificar e catalogar dados da produção científica de suas respectivas áreas de atuação. A necessidade de compreender os rumos da produção científica de determinado campo de forma empírica e categórica impulsionou a abrangência deste tipo de estudo em diversas áreas e auxiliou na disseminação de conhecimento científico (ARAÚJO, 2006). No Brasil, o campo da análise bibliométrica cresce constantemente,

mas já é presente desde a década de 1970. Este tipo de metodologia tem ganhado espaço em diversas áreas por auxiliar na compreensão do estado da arte de seu respectivo campo e analisar o histórico de produções dos pesquisadores e publicações (MEDEIROS; VITORIANO, 2015).

No campo das ciências sociais, a abordagem quali-quantitativa é amplamente utilizada. Enquanto método de revisão de literatura no campo das Relações Internacionais, há uma série de estudos estrangeiros e nacionais que utilizam a abordagem bibliométrica e bibliográfica (MEDEIROS; VITORIANO, 2015). As abordagens do campo de relações internacionais buscam principalmente em bancos de dados de artigos, como a *web of Science* ou dos acervos de revistas e periódicos e bibliotecas de universidades (FU; SHAO, 2022; SILVA, 2021b). Dentro desta perspectiva, a divisão metodológica busca construir um panorama quantitativo do campo, definindo principais atores, regiões, e produtividade; e um panorama qualitativo, utilizando das teorias mais tradicionais e seus termos basilares para construir uma opinião comum sobre o campo, ou mesmo apontar severas discordâncias entre os pesquisadores sobre um mesmo assunto (PAPAGEORGIOU; VIEIRA, 2022).

Este tipo de metodologia permite buscar uma série de características de uma determinada área e sua produção, no caso das relações com a China, com mudanças frequentes nas relações entre os países e à medida que o país vai fazendo parte cada vez mais indispensável de nossa política externa (ALMEIDA, 2019). Os estudos de bibliometria buscam justamente acompanhar o estado da arte destes projetos. Com os avanços tecnológicos, a coleta e processamento de informações permite ampliar o escopo das análises bem como obter gráficos mais detalhados sobre as mudanças de determinado campo e o perfil de seus agentes (GENTZKOW; KELLY; TEDDY, 2019). É com esta finalidade que a metodologia de análise bibliométrica busca testar o *corpus* com palavras-chave dos três pilares temáticos, para angariar um léxico comum em relação ao relacionamento entre Brasil e China e nossa percepção enquanto academia e produtora de material (SILVA, 2021b).

Estas duas formas de analisar o campo dos estudos chineses permitem investigar quais as áreas de produção que buscam compreender o assunto, bem como em quais anos o tema passou a se tornar mais relevante. Assim, com a análise qualitativa, é possível investigar, por exemplo, a obsolescência de algum tema específico ou quais que se mantêm em voga atualmente. Outro ponto relevante deste tipo de análise é que as palavras-chaves podem ser utilizadas juntamente com o conjunto e palavras angariado na

pesquisa bibliométrica para definir com mais precisão quais os termos relevantes, e, com isso poder criar um caminho de busca que não seja dependente da terminologia aplicada na teoria de cada trabalho (ROBREDO; CUNHA, 1998).

A metodologia de interpretação dos dados passa pelas três leis fundamentais da análise bibliométrica, podendo elas ser aplicáveis, ou não, mas que servem de parâmetro para a testagem dos dados e do processamento estatístico inicial. São elas a lei de Lotka, para medir o volume de trabalhos de cada universidade e também busca relacionar quais as instituições que mais tiveram trabalhos publicados ao longo do tempo e por volume total; a lei de Bradford, para estabelecer a evolução histórica do campo e as regiões que mais publicaram trabalhos, e, por último, a lei de Zipf, que busca elencar os temas mais incidentes dentro do conteúdo do material (ARAÚJO, 2006; RODRIGUES; GODOY; VIERA, 2016).

Vale ressaltar que o objetivo final deste trabalho é buscar o engajamento final da academia com os estudos sobre a China, logo, não é do escopo elaborar estatísticas matemáticas correlacionando os achados ou buscar padrões quantitativos dos dados recolhidos. As leis mencionadas anteriormente são parte fundamental do referencial teórico e indicam como será realizada a investigação dos dados, de forma a obter resultados homogêneos, comparáveis e replicáveis com outros trabalhos vindouros. O que diferencia a abordagem é justamente a interpretação dos dados por meio de leitura compreensiva dos resultados e síntese dos conteúdos qualitativos.

O material é analisado de forma quantitativa e qualitativa, como mencionado anteriormente. A escolha deste tipo de metodologia busca compreender os padrões pelo tempo em que ocorrem e construir o contexto no qual os termos mais utilizados se inserem. A análise quantitativa direciona-se na construção de nuvens de palavras para elencar quais os termos mais incidentes. Para isso, é necessário retirar os “ruídos” (artigos, preposições, pronomes etc), em seguida buscar formar o maior número de *clusters* possíveis dos radicais relevantes para a análise. Para isso, deve-se radicalizar as palavras ou mantê-las de forma que não se confundam com outros blocos ou percam o contexto (agrupar, por exemplo, a palavra segurança, abarcando as palavras securitário, securitização, securitização entre outras) (CARVALHO; GABRIEL; LOPES, 2021).

Enquanto a nuvem de palavras auxilia em elencar quais os termos mais utilizados, a análise qualitativa busca utilizar estas informações para compreender o contexto em que estes termos se inserem e os indicativos de temporalidade. Além disso, esta

combinação das duas metodologias serve para filtrar quais termos podem ser excluídos dos pilares analíticos dos eixos securitários, políticos e econômicos se sua incidência for insignificante ou quais podem ser acrescentados. Esta nuvem de palavras será retirada do resumo dos trabalhos, por conter uma quantidade reduzida de ruídos, além de conter os objetivos e resultados dos trabalhos de forma mais direta e resumida.

Ainda na parte de interpretação dos resultados, os trechos que contêm as Palavras-chave serão realocados em um documento separado, tendo sua localização referenciada, para que facilite a análise apenas dos trechos principais e a construção de dados estatísticos. Estes recortes passam então por uma leitura e compreensão manual, buscando sintetizar a ideia central do texto e qual o resultado ou opinião do autor.

3.3 FERRAMENTAS DE ANÁLISE

Com o advento da informática, a possibilidade de análise cresceu exponencialmente. Atualmente é possível analisar milhares de documentos de forma rápida e precisa, por meio de formulações de softwares com ferramentas de análise cada vez mais eficientes e diversificadas (GENTZKOW; KELLY; TEDDY, 2019). O papel da Internet também possibilitou ampliar o acervo disponível em uma escala mundial. Com isto, o fluxo de informações e de contato entre os pesquisadores aumenta igualmente. Em ambos os bancos de dados, houve grande facilidade em encontrar material e tê-los especificados em um formato semelhante, embora apresentem características distintas quanto ao arranjo em que os trabalhos são apresentados, ambas as plataformas representam uma fonte sólida e confiável de informações.

Uma das propostas do trabalho é dialogar com o campo da bibliometria e diferentes autores. Para isso, buscou-se utilizar de ferramentas semelhantes aos trabalhos de bibliometria que estudam esta mesma linha das relações bilaterais com a China (PAPAGEORGIU, VIEIRA, 2022; FU, SHAO, 2022). Atualmente, a grande maioria dos trabalhos se focam em um espaço de tempo informatizado, ou seja, o *corpus* é exclusivamente digital. Com isso, a escolha do tempo e do espaço nos quais os documentos se inserem busca também entrar em sintonia com as pesquisas de área (SILVA, 2021b). Ainda assim, a forma como os documentos foram adquiridos difere de bancos de dados de periódicos por estarem vinculados diretamente com as bibliotecas das universidades.

O mesmo tipo de ferramental geralmente se aplica em diferentes aspectos da bibliometria. A vantagem do meio digital é a capacidade de condensação de

informações. Nestes casos, a escala é um fator relevante para a análise. As ferramentas escolhidas para a realização da presente análise são suficientes para o volume de trabalhos, é possível selecionar manualmente detalhes específicos ou de interpretação de conteúdo. Pelo material ser digitalizado, há uma facilidade em realizar varreduras amplas e precisas do conteúdo (SILVA, 2021b). Trabalhos que buscam expressar a influência de um ator em um campo ou o comportamento de um fenômeno dentro dele tendem a condensar informações e controlar o tamanho da escala, geralmente se mantendo em um espaço amostral de três mil unidades no máximo, mas com uma incidência maior na casa das centenas. (PAPAGEORGIOU; VIEIRA, 2021; CARVALHO; GABRIEL; LOPES, 2021). Como o enfoque não é exclusivamente teórico, a perspectiva macro da produção geral pode ser analisada sem maiores recortes ou restrições.

Atualmente, existem novos formatos de realização de *data mining*, uma das mais proeminentes é a de *Structural Topic Modeling* (STM) que utiliza a construção de um algoritmo em linguagem *R* para mecanizar a busca por palavras semanticamente afins (CARVALHO; SANTO; MARTINEZ, 2021). Este processo se assemelha ao do presente projeto, entretanto difere-se principalmente em seu caráter qualitativo. Em trabalhos do tipo STM, a busca por lexicais e relações entre os temas pode ser feita de forma indutiva, mas é exclusivamente quantitativa, não possuindo o caráter interpretativo que exige uma compreensão contextual de algum argumento. Ainda assim, este tipo de ferramenta é muito útil em pesquisas cujo *corpus* é extenso, para encontrar padrões temáticos ou testagem estatística das leis básicas da bibliometria (ARAÚJO, 2006).

O ferramental analítico deste trabalho consiste majoritariamente de mecanismos digitais em todas as partes da análise. Todos os trabalhos devem estar em formato digital, de preferência não digitalizados. Trabalhos que não apresentaram versão digital foram descartados, baseados na regra da homogeneidade mencionada anteriormente. Para a montagem do banco de dados inicial, foram utilizados o Google planilhas e o *Excel*. O uso destes dois programas é pela diferença de leitura em documentos “.csv” dos dados da Capes. Como os blocos de dados eram separados por ano, alguns arquivos só conseguiam ser lidos por um dos dois programas. A filtragem dos títulos também foi realizada por meio dos recursos internos dos dois programas, eles também foram responsáveis pela montagem dos gráficos e tabelas.

Para a seleção manual, utilizou-se o programa *nVivo*, um software de análise de conteúdo para a montagem das nuvens de palavras, e da dissecação do conteúdo dos textos. Este programa é responsável por grande parte do processo de análise. Outro

programa a ser utilizado é o *Antconc* para realizar uma segunda filtragem no conteúdo dos textos, caso haja diferença na formatação de alguns documentos que dificultem a leitura, este software atuará como apoio para o Nvivo. Ambos atuam de forma semelhante na varredura macro dos conteúdos, além de informar a origem de cada dado encontrado. A busca inicial foi feita por meio da seleção dos resumos dos trabalhos, por conterem informações mais diretas sobre o conteúdo do trabalho e com menos ruído. A seleção é feita manualmente mas a montagem das figuras é automatizada, juntamente com a contagem de palavras.

O último instrumento de análise consiste na formação dos eixos temáticos de Segurança, Economia e Política. A montagem do grupo de palavras-chave é feita manualmente por meio de palavras comuns de cada área. Este processo se baseia na seleção manual de termos em literatura introdutória das teorias de relações internacionais (PECEQUILO, 2012; JACKSON; SORENSEN, 2018; SILVA; GONÇALVES, 2010). Trabalhos de introdução apresentam descrições diretas e conceitos bases de diversos tipos de teorias, além de conter palavras-chave dos principais temas abordados dentro dos três eixos. Para delimitar os próprios eixos, serão definidos grupos de dez palavras de cada um para testagem, dessa forma a chance de sobreposição temática destes é menor.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DO MATERIAL INVESTIGADO

Neste capítulo serão apresentados os resultados gerais encontrados pela varredura dos textos, bem como o perfil da academia brasileira. Em seguida são apresentados os resultados encontrados em cada um dos eixos temáticos, por meio de nuvens de palavras e leitura interpretativa dos materiais coletados.

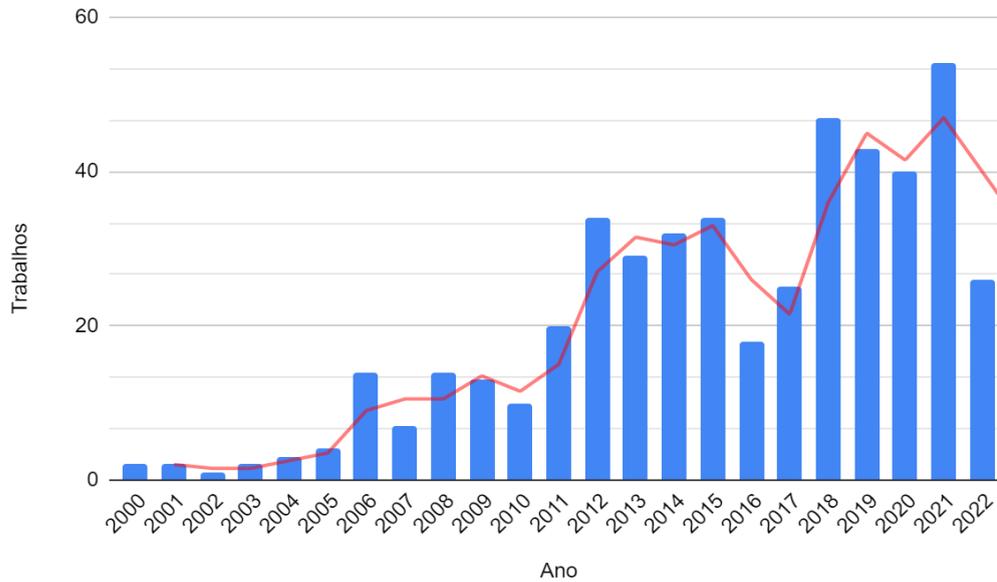
4.1 O PERFIL DA ACADEMIA E DE SUAS PRODUÇÕES: VOLUME DE TRABALHOS, PESO REGIONAL E INSTITUCIONAL; TEMAS FREQUENTES E INVESTIGAÇÕES PRÉVIAS.

Após a seleção do material e a padronização e anexação dos trabalhos de 2021 e 2022 que deveriam ser separados manualmente, foram encontrados 478 trabalhos. Destes, 440 puderam ser adquiridos de forma integral. Por mais que as bibliotecas tenham seus arquivos disponíveis *online* e seus trabalhos estejam digitalizados, houve dificuldade em encontrar os trabalhos completos digitais dos primeiros quatro anos. Muito se deve por haver apenas a versão física; outro motivo também é porque como alguns destes autores ingressaram na carreira diplomática, seus trabalhos se tornaram protegidos por direitos

autorais ou publicados como livros, principalmente os da UNB e do Instituto Rio Branco. Outro motivo também é pelo fato de algumas bibliotecas estarem passando por manutenção ou atualizações, por isso seus portais estavam indisponíveis. Dessa forma, os trabalhos que estão presentes nos bancos de dados mas não puderam ser acessados serão considerados nas análises quantitativas e desconsiderados nas leituras qualitativas.

Em uma análise do período, é possível perceber um aumento quantitativo de trabalhos em crescimento quase exponencial. No período entre 2000 e 2005, o volume se mantém constante, com menos de dez publicações anuais. Este número cresce ao longo da primeira década, atingindo um total de 15 trabalhos em 2006. Na década seguinte, o crescimento vertiginoso é facilmente apontado, com um máximo de 47 publicações em 2018. Por fim, na década de 2020, pode-se perceber um leve declínio entre 2021 e 2022, um dos motivos plausíveis é o tempo que leva para os trabalhos serem apresentados, catalogados e publicados, em especial os mais recentes defendidos no fim de 2022. Além disso há a necessidade de arquivar e disponibilizar este material nas bibliotecas e bancos de dados nacionais, processo que pode variar de acordo com a universidade. Em 2021, atinge-se a máxima histórica, com 55 trabalhos. Neste resultado pode-se inferir duas possibilidades não excludentes: uma menor integração entre as bibliotecas e os sistemas digitais na virada do milênio; e que o tema da inserção chinesa foi ganhando relevância através do tempo e atraindo a atenção da comunidade acadêmica.

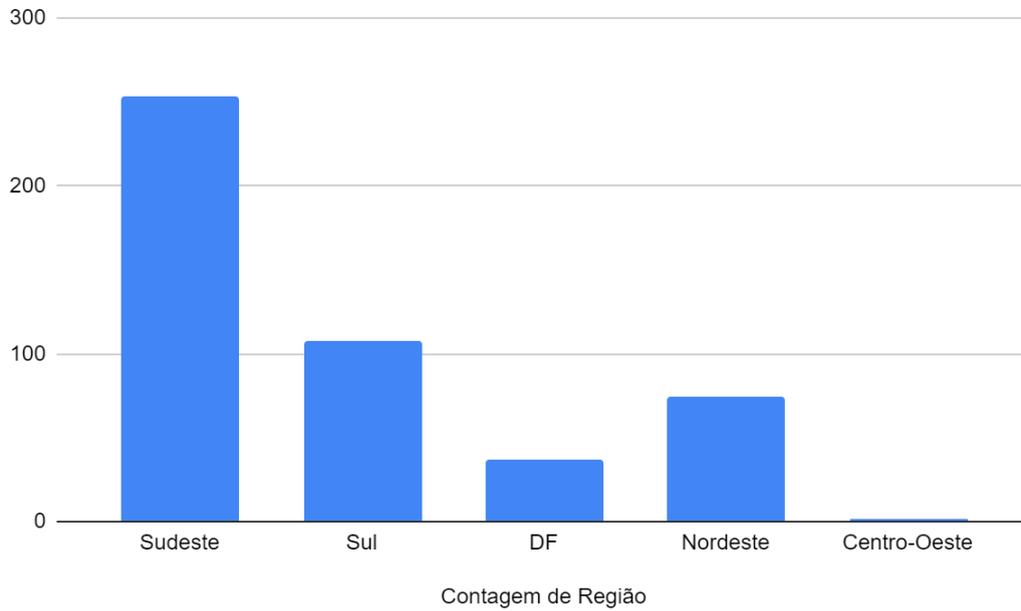
Gráfico 1 - Volume de Trabalhos em relação ao ano (2000-2022)



Fonte: Produção própria com base em IBICT.BDTD (2023) E em CAPES (2023).

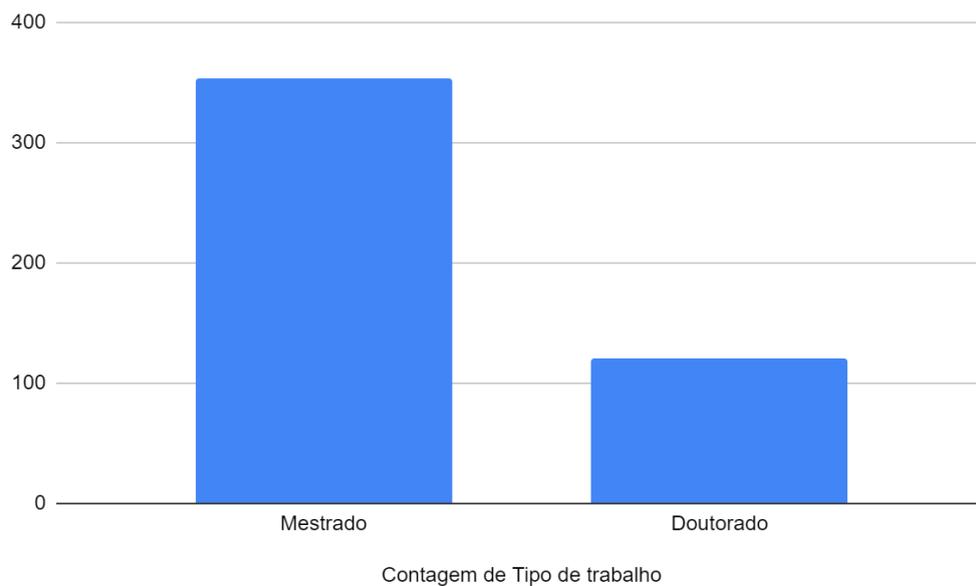
Em relação ao perfil das universidades, estas foram divididas pelas macrorregiões do Brasil mais o Distrito Federal. Dessa forma, é possível delimitar com mais exatidão a produção das universidades de Brasília, que se mostraram numerosas. A maior incidência de universidades consiste naquelas do Sudeste, seguidas por Sul, Nordeste, Distrito Federal e Centro Oeste. Não houve nenhuma incidência de trabalhos de universidades nortistas durante o período. Em relação ao grau dos trabalhos, indicou-se que a maioria dos trabalhos correspondem a dissertações de mestrado, em uma relação de três para um. Há casos em que um mesmo autor se repete mais de uma vez, tanto por serem seus trabalhos de mestrado e doutorado quanto pelo pesquisador possuir mestrados em áreas diferentes.

Gráfico 2 - Distribuição de instituições por região



Fonte: Produção própria com base em IBICT.BDTD (2023) E em CAPES (2023).

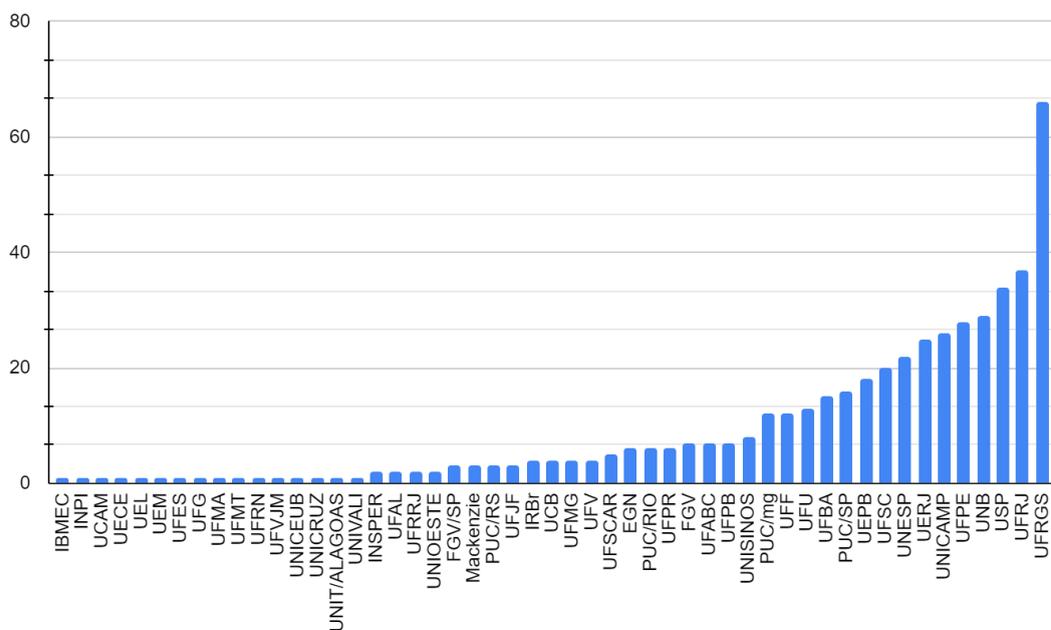
Gráfico 3 - Volume total separados por tipo de trabalho



Fonte: Produção própria com base em IBICT.BDTD (2023) E em CAPES (2023).

No caso das distribuições por Universidade, esta relação se modifica, sendo a UFRGS a instituição com o maior número de trabalhos, totalizando 66 publicações. É válido ressaltar que dentre as dez primeiras universidades, duas estão no Sul, três no Nordeste, uma no Distrito Federal e quatro no Sudeste, mostrando o *spread* entre os agentes. No sentido do volume das publicações, ao colocarmos em ordem decrescente, é possível observar uma grande diferença no volume de publicações da UFRGS sobre as demais. A segunda colocada, a UFRJ, apresenta 38 publicações. Esta discrepância pode ser baseada em acessibilidade de dados e atualização de bibliotecas, mas não é objetivo deste trabalho analisar hipóteses sobre o tema. Um resultado que surgiu de forma inesperada foi em relação aos títulos dos trabalhos e dos “apelidos” dados aos países. A China é mencionada pelo menos cinco vezes como “o Dragão” e uma vez como “o Panda”, os Estados Unidos foram mencionados como “a Águia” duas vezes e o Japão aparece como “o Sol” e “Samurai”. Analisar mais profundamente o porquê destes termos serem relativamente frequentes para estes países não é o objetivo deste trabalho, entretanto, é no mínimo curioso que estes termos sejam mencionados em espaços acadêmicos.

Gráfico 4 - Volume de Trabalhos por Instituições



Fonte: Produção própria com base em IBICT.BDTD (2023) E em CAPES (2023).

muito mais eficiente fazer a vistoria dos resumos dos trabalhos, pois foi possível analisar com mais precisão uma quantidade muito maior de textos e apontar seus argumentos principais. Os resumos cujo resultados não fosse aparente, foram analisados em sua completude. Por fim, o espaço do contexto foi delimitado a 100 palavras, primeiro para evitar repetições, e segundo pois é possível compreender o argumento principal neste espaço.

Os trabalhos apresentaram núcleos discerníveis que podem ser encaixados entre os eixos temáticos. Alguns temas se mostraram mais abertos no sentido de correlacionar dois ou mais temas diretamente. Dentre estes assuntos, o papel da política econômica chinesa nas instituições internacionais foi o mais evidente, unindo análises políticas, econômicas e securitárias. Entre os eixos securitário e econômico, o papel da segurança energética e da disputa por *commodities* foi o destaque maior. Em relação aos termos mais fechados em suas áreas, no eixo político, pode-se determinar que a transição sistêmica e a análise de relações bilaterais chinesas, principalmente as relações Sul-Sul, é o tema que mais se aplica com exclusividade. No quesito securitário, encontrou-se as análises das capacidades internas chinesas, principalmente em relação à projeção de poder de suas forças armadas, e de sua autonomia nas áreas alimentar e tecnológica. Por último, no eixo econômico, é grande o interesse em discutir o peso da demanda chinesa em mercados internacionais, principalmente no de produtos primários e nas flutuações do mercado financeiro.

Por último, com o objetivo de analisar mais especificamente os enquadramentos temáticos, temas e resultados, as demais nuvens de palavras apresentadas ao longo da abordagem dos eixos temáticos foram feitas utilizando os trabalhos selecionados especificamente como espaço amostral. Estas publicações abordam diretamente os temas centrais de cada eixo, compreendendo, em cada um, um universo vernacular mais específico e com um volume menor de ruídos. Dessa forma, é normal que os operadores utilizados estejam na nuvem, pois fazem parte do vocabulário temático, e os objetivos da utilização deste material são os indicadores da relevância dos temas.

4.2 A PERCEÇÃO DA INSERÇÃO INTERNACIONAL CHINESA ATRAVÉS DA VIA POLÍTICA: OS TEMAS, CONSENSOS E DIVERGÊNCIAS SOBRE A POLÍTICA EXTERNA CHINESA

O eixo político foi dividido em três subtópicos. O primeiro sobre a China e suas relações com instituições e direito internacionais. O segundo por temas de ordem contemporânea como meio-ambiente, relações Sul-Sul e ordem multipolar. Por último, o próprio papel da inserção chinesa com as palavras cooperação, atrito e ascensão.

Figura 2 - Nuvem de palavras com termos mais frequentes em artigos filtrados pelos operadores booleanos do eixo político



Fonte: Produção própria com base em IBICT.BDTD (2023) E em CAPES (2023).

A primeira parte das buscas do eixo focou-se em encontrar pesquisas sobre a China no ambiente diplomático e institucional. A busca dos operadores apresentou uma série de temas diversos, principalmente na área da inserção internacional chinesa pelo viés institucional. Neste ponto há uma intersecção entre os temas de economia, visto que a maioria dos temas relacionados às instituições são de organizações econômicas, como a Organização de Cooperação de Xangai (OCX), o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), o Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Outra instituição encontrada frequentemente é o BRICS. Sobre esta, é interessante mencionar que a primeira menção dos BRICS (à época ainda considerado BRIC, sem a adição da África do Sul) é em 2008 (LOPES JÚNIOR, 2008). Esta instituição é avaliada principalmente no caráter da cooperação Sul-Sul, cujo principal tema dos trabalhos era compreender sua função em determinados tópicos como resolução de conflitos, por exemplo (MEDEIROS, 2021), ou seu papel no sistema internacional. Um ponto importante neste tema é o relativo consenso que as instituições

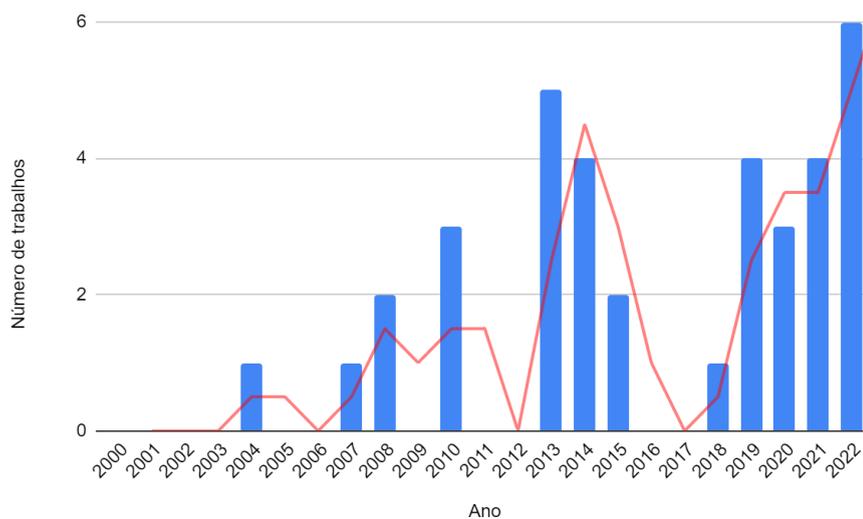
criadas pela China, ou nas quais esta participa ativamente, como os BRICS, atuam para agilizar processos decisórios se comparados com organizações tradicionais.

No que tange às relações Sul-Sul, há uma clara divisão subtemática e as relações bilaterais chinesas, ela se divide na sua relação com: Índia, países africanos, América Latina e Brasil. A relação com a Índia é apontada como uma relação de dualidade, indicando que ela acaba exercendo o papel de contendente dos interesses chineses, seja por interesse interno, seja por suas alianças e possíveis ganhos políticos. A sua relação com os países africanos baseia-se principalmente na discussão sobre o possível controle que a China poderia exercer sobre os recursos destes Estados e o quanto isso pode prejudicar sua soberania. Entretanto, aponta-se também o caráter benéfico na presença chinesa em contraponto ao passado colonial africano e a possibilidade de desenvolvimento nacional sem condicionantes limitantes. A América Latina é observada em sua maioria pelo aspecto do Mercosul e a capacidade chinesa de influenciar as decisões intra-bloco. Geralmente este tipo de análise é realizado por meio de uma relação triangular entre Brasil, China e outro país. Por fim, as relações com o Brasil apresentam o mais variado leque de temas, entretanto, é possível apresentar uma linha de raciocínio constante na maioria dos trabalhos. O primeiro é o comparativo entre os projetos de inserção entre os dois países; o segundo é identificar até que ponto as relações com a China são benéficas para o Brasil. Neste ponto foi identificado o maior número de trabalhos que apontam críticas às políticas chinesas.

Na ascensão política chinesa no Sistema Internacional, foi possível identificar que “atrito” e “competição” são termos recorrentes nas análises. Fortemente comparada com os Estados Unidos, grande parte dos temas compara as duas políticas em áreas como recursos naturais e tecnologia, e o quanto as ações chinesas podem ameaçar a posição estadunidense em posições tradicionais que o país ocupa. Neste tipo de trabalho, os temas buscam apontar reflexos desta competição, em especial na relação do Estado com a sociedade chinesa. Por fim, em um âmbito geral do tema político, percebe-se uma mudança de perspectiva nas análises, até por volta do ano de 2012, alguns trabalhos exploram a relação do Brasil em um grau muito maior de igualdade com a China como atores emergentes. Em seguida, percebe-se que há uma “passividade” das ações brasileiras em relação à China, tanto nos objetos de pesquisa quanto na forma que a relação é apresentada. Por exemplo, em uma relação bilateral, a transição temática poderia ser descrita de “Como o Brasil pode se beneficiar de sua parceria com a China?” para “Como as ações da China podem afetar o Brasil?”.

Em uma análise mais profunda, foram encontrados 117 trabalhos abordando as relações bilaterais diretas entre Brasil e China. Destes, 36 trabalhos que contemplam em seu título uma característica de passividade brasileira sobre as ações chinesas - em termos relativos, esse valor é de 30%. Em uma leitura atenta destes, nota-se um pico no ano de 2013 e no ano de 2022, com quedas e subidas em relativa igualdade. Estas medições podem indicar que há uma tendência de oscilação das narrativas passivas ou que elas podem ter uma maior presença em momentos de atrito político (2013 foi o ano das chamadas Jornadas de Junho e 2022 a eleição entre Lula e Bolsonaro). Em último caso, pode-se estimar que esta passividade é uma tendência constante, e que no momento atual se encontra em crescimento. Neste caso, ainda não decorreu tempo suficiente para concretizar esta afirmativa.

Gráfico 5 - Volume de Trabalhos contendo o Brasil como elemento passivo na análise



Fonte: Produção própria com base em IBICT.BDTD (2023) E em CAPES (2023).

4.3 O ENTENDIMENTO BRASILEIRO SOBRE AS QUESTÕES SECURITÁRIAS CHINESAS: OS TEATROS DE OPERAÇÃO E A GARANTIA DO RECURSOS ESTRATÉGICOS

O maior destaque para o eixo securitário foi a grande repetição de temas, principalmente na área de segurança militar. Dentre os tópicos que mais apareceram, destacam-se a cibersegurança e a proteção de dados, a disputa por recursos energéticos e as disputas territoriais na região do mar do Sul da China. Questões como a insurgência de novos agentes não estatais, Guerra ao Terror e Terrorismo apresentaram poucas

compreender as ações que levaram a estas disputas através do histórico de conflitos dentro do continente asiático. O papel do mar do Sul levanta uma discussão sobre as intenções chinesas e o uso de suas prerrogativas e capacidades nacionais para cumprir com seus objetivos. O consenso mais aparente é que há uma instabilidade crescente na região e um entroncamento das relações diplomáticas, mas as ações chinesas, como a construção de ilhas artificiais e exercícios militares são ora analisadas como dissuasão e proteção de seus interesses, ora como agressão aos tratados internacionais e assertividade em relação aos seus vizinhos (NASCIMENTO, 2017).

O desenvolvimento nuclear também é um tema recorrente nas pesquisas sobre teatros de operações. Além dos estudos das ações chinesas em relação às dinâmicas entre as Coreias e o armamento nuclear norte coreano, a discussão da dissuasão nuclear e novas maneiras de utilizar estes meios aparecem constantemente nas discussões. Há uma convergência de resultados em relação ao desenvolvimento nuclear norte coreano de que a China vê como desfavorável qualquer tipo de conflagração na península coreana. O segundo subtópico também se relaciona com as relações com a Índia por ambas serem potências nucleares.

Nos dois últimos pontos aparentes, destacam-se a transição para o multilateralismo e a segurança alimentar. O principal ponto de análise sobre o período de transição baseia-se principalmente na diminuição das capacidades dos Estados Unidos durante o período pós Guerra Fria. Aponta-se que os condicionantes para a expansão militar chinesa e o aumento de suas capacidades de influência política se dão pelo desgaste das forças armadas estadunidenses nos conflitos do Oriente Médio, que forçaram o país a restringir sua presença em áreas consideradas menos importantes (HENDLER, 2012). Pela perspectiva chinesa, o país também toma posição ativa nesta mudança, por incrementar suas capacidades militares e assumir uma postura mais assertiva geopoliticamente.

Em relação à segurança alimentar, este ponto aborda tanto a área econômica quanto securitária. Há uma grande presença do papel do Brasil nos mercados de soja e commodities, e como se relacionam com a China. Neste sentido, os trabalhos convergem para a necessidade chinesa de utilizar estes recursos em projetos de desenvolvimento nacional, principalmente para atender as demandas de sua população e do aumento do poder de compra. Juntamente com os alimentos, minérios são parte não excludente destas análises, pois em sua maioria, buscam analisar a pauta exportadora brasileira para a China ao invés de um produto específico.

dinâmica dos mercados ou sem seus setores. Dessa forma, independente do resultado encontrado, é um consenso que o “fator China” é uma variável que não pode ser ignorada.

Dentro do mesmo assunto de mercados, dois assuntos se mostram relevantes. O primeiro, a pauta exportadora brasileira frente ao desenvolvimentismo chinês e como o Brasil pode utilizar suas capacidades para barganhar com a China, bem como aproximar a integração econômica entre os dois países. A busca por compreender quais os ganhos reais da economia brasileira com a exportação de produtos primários aborda principalmente o caráter da força competitiva brasileira no mercado internacional, em especial de carne bovina e como estas capacidades solidificam uma parcela de mercado para o Brasil. O segundo ponto apresenta uma perspectiva mais pessimista, apontando que a “primarização” da economia brasileira está ligada diretamente à falta de competitividade da indústria brasileira e à incapacidade de competir com o preço e o desenvolvimento tecnológico chineses.

Buscou-se também compreender quais foram as medidas adotadas que resultaram no vertiginoso crescimento chinês nas últimas décadas, não só em discussões sobre o perfil ideológico (socialista ou economia de livre mercado), mas também nas relações do setor empresarial com o Estado chinês. A discussão sobre se a China ainda se mantém um país socialista diverge em opinião; alguns estudos apontam que o país já se encontra, na prática, como um país fora das bases socialistas, outros argumentam que o governo ainda não abandonou totalmente seus ideais, mas que adota uma economia socialista de mercado. em termos de suas relações internas. É um consenso que o Estado chinês atua como principal motor do setor desenvolvimentista, como principal financiador e gerenciador dos rumos que as empresas devem seguir para cumprir as metas de desenvolvimento. Em pesquisas mais recentes, aponta-se o caráter de transição do setor manufatureiro chinês para produtos de tecnologia fina ou de maior valor agregado, assim como no Japão e na Coreia do Sul, indicando que a transferência de bens de menor valor para outros países da Ásia se tornou um objeto de estudo recente.

Em termos da economia por vias institucionais, há uma quantidade notória de trabalhos sobre as relações de trabalho, comparando as condições trabalhistas brasileiras com as chinesas, a relevância da força produtiva dos dois países e se o equilíbrio externo pode ser alcançado com as forças nacionais. No caso chinês alguns pesquisadores apontam que há, sim, uma diminuição de desigualdades por investimento externos graças ao desenvolvimento de suas forças produtivas nacionais, em especial na

melhoria das condições de trabalho. Neste mesmo tema, há também a pressão de organizações internacionais que pressionam a China sobre o cumprimento das normas de condições de trabalho. Há estudos sobre a responsabilização legal da China em vias internacionais sobre direitos humanos e condições de trabalho.

Por fim, o projeto de inserção internacional da china como uma potência contestadora da Ordem Internacional aparece em duas formas distintas. A primeira como o papel da Guerra Comercial com os Estados Unidos e seus desdobramentos. A segunda como forma do programa Cinturão e Rota (*Belt and Road Initiative* ou BRI). A Guerra Comercial despertou grande atenção da academia ao poder ser destacado que as mudanças chinesas em detrimento da proteção do mercado dos Estados Unidos representaria um período de atrito e pressão de ambos para manter suas relações comerciais, mas ao mesmo tempo permitiria aos países ter maior poder de barganha entre as duas potências.

Em relação à BRI, a academia brasileira reconhece os esforços recentes da China em rearranjar as relações bilaterais em uma escala global. A magnitude do projeto é ponto comum em praticamente todas as análises. A iniciativa é analisada em diferentes aspectos, principalmente através do tema de desenvolvimento tecnológico e atendimento das demandas por energia, em especial petróleo e gás natural. Outro tema relevante dentro deste assunto é o papel das instituições econômicas chinesas e internacionais e suas reações aos projetos. Em grande parte, tem-se a percepção de que a aderência da comunidade internacional ao projeto chinês deriva da agilidade de ação em relação às instituições internacionais e nos condicionantes impostos por Organizações ou outros países centrais. Este tipo de análise também é válido em comparação com o Brasil, porém, além disso, destaca-se a grande importância do país participar do projeto, e que atrair os investimentos chineses para a América Latina representam ganhos consideráveis.

5. CONCLUSÕES

Mudanças profundas ao longo dos últimos cinquenta anos afetaram significativamente o jogo de forças que surgiria ao longo do período de transição da ordem bipolar à atual conjuntura de crescente multipolaridade. Com o Século de Humilhação e o rompimento das bases sociais que mantinham o regime imperial e a ordem social chinesa, o país passou por um grande período de instabilidade interna. A fundação da república em 1912 e o fim da guerra civil em 1949 marcam mudanças de

ordem produtiva e social, que buscavam restaurar a glória e o orgulho ferido da sociedade chinesa por seu período de subalternidade. O período após a Segunda Guerra Mundial é marcado pelas independências de diversos países na Ásia, mudando a configuração de forças do continente, com seu principal evento sendo a Guerra do Vietnã, que ocasionou a ruptura sino-soviética e impeliu a China a mudar suas relações com vizinhos e países ocidentais.

O legado de Mao Zedong, o mais proeminente líder chinês do século XX, é uma peça-chave nas mudanças políticas chinesas. Durante seu governo, o Grande Salto Adiante (1958 a 1962) e a Revolução Cultural (1966 a 1976) buscavam mudar as bases da sociedade chinesa e acelerar o processo de desenvolvimento socialista; entretanto, ambos os projetos, ao obter resultados insatisfatórios, e em certo ponto catastróficos, abalaram a imagem de Mao e de seus apoiadores políticos. Com sua morte em 1976, a prisão do Grupo dos Quatro e a ascensão de Deng Xiaoping, foram postas em prática reformas significativas em diversos setores da economia e do Estado chinês. Os planos quinquenais seguintes foram marcados por um aumento exponencial da economia chinesa, ampliando os negócios do país em diversas áreas e solidificando o projeto de *going global* do país, além disso, fazendo com que o fluxo econômico asiático passasse a orbitar em torno da capacidade produtiva chinesa.

Com o fim da ordem bipolar, a China passou a ser o país socialista de maior relevância dentro do Sistema Internacional. A vantagem do Partido Comunista chinês neste momento passou a ser poder observar os desdobramentos da *Perestroika* e da *Glasnost* da União Soviética e aprender com erros e acertos para evitar a dissolução do país, como foi no país eurasiático. Dessa forma, a China passou a atrair a atenção do mundo por, mesmo em um ritmo de abertura e relativa liberalização econômica, manter seus níveis de crescimento constantes. Assim, juntamente com o grande número de parceiros comerciais, há também atritos com diferentes atores em relação a seus objetivos, tanto por diferenças ideológicas quanto culturais, em especial a Europa Ocidental e os Estados Unidos.

No Brasil, o relacionamento com a China possui papel importante nas mudanças políticas do período que antecede o golpe de 1964, marcando um período de afastamento com a China continental, sendo retomada apenas na década de 1970, com o Pragmatismo Brasileiro para angariar novos parceiros e superar a crise do petróleo. Apenas no fim da década de 1990 é que teríamos um aprofundamento mútuo entre as relações, em especial

com o Governo FHC, e nos anos 2000, a China passa a exercer um papel significativo na economia nacional. Dessa forma, urge a necessidade de estudá-la e compreendê-la. Durante o período de 2000 a 2022, os trabalhos acadêmicos de pós-graduação progredem em volume de acordo com a aproximação bilateral, ao demonstrar uma progressão exponencial no volume de trabalhos.

Com as medições dos dados coletados, foi possível traçar um perfil destes trabalhos, definindo características centrais da origem e tipo de trabalho, bem como descobrir qual a contribuição quantitativa de cada universidade na sinologia nacional moderna. Em relação ao tipo de trabalho, o maior grupo consiste em dissertações de mestrado, a região mais predominante do país é a Sudeste e a universidade mais incidente é a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Os resultados que apresentam volume regional e por universidade, podem ser inferidos de diversos motivos socioeconômicos do desenvolvimento do ensino superior brasileiro, mas que não cabem a este trabalho analisar. Entretanto, é possível trabalhar com as hipóteses de que há um grande interesse dos pesquisadores nos estudos sobre a China, ou que a facilidade de acesso a dados de bibliotecas virtuais seja maior nestes casos; ambos os pressupostos podem ser complementares e não excludentes.

Em uma análise dos resumos dos trabalhos, apontou-se que o tema que mais desperta interesse na academia é justamente a ascensão chinesa pela via econômica, em uma escala consideravelmente maior que as outras áreas temáticas. Compreender as influências e nuances da economia chinesa e de seus produtos no mercado mundial é uma grande prioridade nos estudos acadêmicos brasileiros. Em relação a outros temas, há um enfoque em pesquisas sobre o Sul global e as novas relações que a China estabelece com a periferia e a semi-periferia do Sistema Internacional.

O primeiro dos eixos temáticos analisados foi o eixo político. Os resultados apresentados mostram um enfoque maior da academia no comportamento da China em instituições internacionais e no cumprimento de normas internacionais. O que se percebeu sobre este tema é a capacidade chinesa de alinhar seus projetos de desenvolvimento com instituições econômicas e políticas, como o BRICS e a OCX, em diminuir as condicionantes exigidas pelas instituições tradicionais e acelerar o progresso de projetos parceiros. No tocante ao meio ambiente, o foco da academia é com o consumo de recursos naturais pelos planos de desenvolvimento chineses e as normas ambientais.

Sobre as relações Sul-Sul, há ênfase na cooperação com outros países e a busca por indicar que tipo de ganhos ou interesses os países que estabelecem negócios ou vínculos

políticos com a China podem obter. Percebeu-se uma grande discordância da academia sobre as vantagens dos países da periferia em manter estes laços, indicando um possível controle tácito dos recursos daquele país ou distorções no sistema político ou financeiro regional. Na questão da ascensão chinesa, para compreender o atrito da China com os países centrais, em especial com os Estados Unidos, as pesquisas buscam encontrar os efeitos desta competição nas relações com os parceiros de ambos os países, e em suas sociedades. Neste quesito é um consenso que há uma situação de competitividade crescente também com seus vizinhos, em especial com a Índia.

Por último, há trabalhos que buscam identificar as ações brasileiras no sistema internacional e como a China pode auxiliar ou interferir na política externa nacional. O enfoque destes trabalhos está, em um primeiro momento, no projeto de inserção do Brasil no como uma grande potência, e como a China pode ser um ator fundamental para que este se realize. O outro tema é a influência que a China pode exercer nos parceiros do Brasil, principalmente nas relações bilaterais tradicionais, como a Argentina, e em instituições como o Conselho de Segurança da ONU e o Mercosul.

No eixo securitário, por mais que não fosse um tema tão recorrente como os demais, enfatizou-se a importância da segurança digital, onde é percebida como uma nova área de disputa e de possíveis ameaças. Os trabalhos mais próximos dos anos 2000 também buscavam compreender o declínio do poderio americano e o desenvolvimento militar chinês, que passou a disputar áreas estratégicas vitais, em especial o Mar do Sul. Esta região é um tema caro aos pesquisadores brasileiros, no qual buscam analisar os posicionamentos chineses e suas capacidades de dissuasão e barganha.

Há também vários estudos sobre segurança de recursos energéticos e alimentares. O primeiro com foco na Ásia central e a infraestrutura de petróleo e gás natural, competindo com os Estados Unidos e a Europa. O segundo com foco na segurança alimentar nacional e a capacidade de produção de alimentos para atender as necessidades de uma classe média crescente. Por último, há um enfoque no papel e no desenvolvimento de energia nuclear, em especial a dinâmica da península coreana e as negociações para reduzir as tensões regionais, este tema envolve o desenvolvimento do programa nuclear norte coreano e a função chinesa em moderar e balancear a relação com a Coreia do Sul e o Japão.

O aspecto econômico é o eixo mais evidente, o vertiginoso crescimento chinês é o assunto que mais chama a atenção. Neste sentido, busca-se compreender o peso das políticas econômicas chinesas nas cadeias de valor internacional, em especial na

brasileira, e nos mercados que os setores exportadores brasileiros competem e como se relacionam com a China. Com resultados que apresentam uma boa vantagem para o Brasil, contrasta-se um receio na influência chinesa na decadência da indústria brasileira e na primarização da economia. No quesito dos projetos econômicos, não é uma unanimidade sobre qual é o atual sistema sócio-econômico adotado pelo país e o quanto as Zonas Econômicas Especiais influenciam no afastamento (ou não) do Socialismo.

O destaque, ao longo das décadas de 2010 e 2020, fica com a BRI e seus desdobramentos, e a Guerra Comercial com os EUA. O primeiro tem enfoque na importância das parcerias econômicas com os países da Eurásia e da África, e os esforços chineses em assegurar as vantagens que incentivem os atores a participar do projeto, principalmente pelo potencial econômico. A Guerra Comercial por sua vez é interpretada como um choque de forças intenso e o ponto de competição mais direto entre os dois países desde que a China passou a disputar mercado com os EUA, apresentando uma dualidade entre coerção e barganha por parte de suas relações com os demais países.

Em um aspecto geral, a academia apresenta uma mudança em sua perspectiva como observador. Saindo de uma visão ativa da política externa brasileira em relação ao país asiático, para uma visão de passividade em relação às ações chinesas e como elas podem nos afetar. Esta mudança pode ser um indicativo das crises político-econômicas que o Brasil vem passando nas décadas recentes ou que o crescimento chinês atingiu níveis em que não há mais a possibilidade de se competir diretamente. Estas duas possibilidades não são excludentes e podem ser complementares. Por último, a análise bibliométrica mostrou-se uma ferramenta muito eficiente para investigar o perfil do estado atual das pesquisas e suas instituições. A análise quantitativa provê dados capazes de investigar as principais características da pesquisa nacional e a contribuição dos diferentes centros de pesquisa. Este trabalho só foi possível de ser realizado pela acessibilidade de dados e da transparência dos bancos de dados nacionais e das bibliotecas, possibilitando o acesso a uma enorme quantidade de trabalhos em escala nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABI-SAD, Sergio Caldas Mercador, A Potência do Dragão: A estratégia diplomática da China. Brasília: Editora UnB, 1996.
- ABRANTES Talita, A República Popular da China não gostou desta viagem de Bolsonaro. 2018. **Exame**. Disponível em: <https://exame.com/brasil/a-republica-popular-da-china-nao-gostou-desta-viagem-de-bolsonaro/>. Acesso em: 16 jan. 2023.
- ALMEIDA, Jorge. As Relações China-Brasil em leitura comparada nos governos de Lula-Dilma, Temer e Bolsonaro. 2019. Apresentado em: 43º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, Minas Gerais. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/43-encontro-anual-da-anpocs/st-11/st30-4/11812-as-relacoes-china-brasil-em-leitura-comparada-nos-governos-de-lula-dilma-temer-e-bolsonaro/file>. Acesso em: 16 jan. 2023.
- ARAÚJO, C. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, v. 12, n. 1, p.11-32, 2006. BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011
- BECARD, D. R.; BARROS-PLATIAU, A. F.; OLIVEIRA, C. C. DE. O Brasil, a China e a VI Cúpula do BRICS. **Contexto Internacional**, v. 37, p. 81–112, abr. 2015. .
- BECARD, Danielly Silva Ramos, O Brasil e a República Popular da China: política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004). Brasília: FUNAG, 2008.
- CABRAL, Severino. O Diálogo Brasil-China: Perspectivas para o Século XXI. In: BELLUCCI, **Abrindo os Olhos Para a China**. Editora Universitária Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2004.
- CAPES. Catálogo de Teses e Dissertações. [S.l.], 2023. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>. Acesso em: 16 mar. 2023.
- CARDOSO, Daniel. Política Externa Do Governo Bolsonaro: Continuidade E Ruptura. 2020. **Observare - Janus 2020-2021**. v.1 n.20. p. 32- 33. 2020.
- CARVALHO, Thales; GABRIEL, João Paulo Nicolini; LOPES, Dawisson Belém. ‘Mind the Gap’: Assessing Differences between Brazilian and Mainstream IR Journals in Methodological Approaches. **Contexto Internacional**. v.43, n.3, p. 461- 488, 2021.
- CARVALHO, Thales; SANTOS, Vinicius; MARTÍNEZ, Yulieth. “More than Words”: uma análise dos resumos das Teses e Dissertações na área de RI no Brasil (1987-2018). In. 8º Encontro da ABRI, 2021. Evento Online. **Anais**. ABRI, 2021, v.1.
- CEPIK, Marco *et. al.* China: Segurança, Política externa e Relações Bilaterais com o Brasil. In. DATHEIN, R. (Org.), **Parceiros Estratégicos para a Inserção Internacional do Brasil: Ásia, África e Europa**, volume 2. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012, p. 13-29.
- CERVO, Amado. L.; LESSA, Antonio. C. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 57, p. 133–151, dez. 2014.
- COSTA, Celiane Ferreira da. Análise das relações sino-brasileiras a partir da prisão de nove chineses no início do governo militar (1964). **Idéias**, v. 9, n. 2, p. 7–30, 14 dez. 2018.
- DANTAS, San Tiago. **POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE**. Editora Civilização Brasileira S. A.1962.
- DE LIMA, Carlos Augusto. **Algoritmos Para A Paz: A Disputa Pela Liderança Da Inteligência Artificial Entre China E Estados Unidos Da América Pela Lente Do Paradigma Da Corrida Espacial Durante A Guerra Fria**. Dissertação de Mestrado em Defesa E Segurança Civil, UFF, Niterói, 2019.

DONG, Lisheng. O Sistema Político da China: Operação e Reforma. *In*: BELLUCCI, **Abrindo os Olhos Para a China**. Editora Universitária Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2004.

FENG, Youlan. **A Short History of Chinese Philosophy**. Beijing: Foreign Language Teaching and Research Press, 2015.

FIGUEIREDO, Marianne Novaes Falleiro Chaves De . **Os Caminhos Da Reforma Chinesa: De Mao Zedong A Deng Xiaoping**. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estácio De Sá. Rio de Janeiro, 2003.

FRANKOPAN, Peter. **O Coração Do Mundo: Uma Nova História Universal A Partir Da Rota Da Seda: O Encontro Do Oriente Com O Ocidente**. São Paulo: Ed. Crítica, 2019.

FU, Huizhen.; SHAO, Li. Telling Our Own Story: A Bibliometrics Analysis of Mainland China's Influence on Chinese Politics Research, 2001–2020. **PS: Political Science & Politics**, v. 56, n. 1, p. 18–28, out. 2022.

GARVER, John W.. China's Quest: The History of the Foreign Relations of the People's Republic of China. Oxford University Press, 2016

GENTZKOW, Matthew; KELLY, Bryan; TADDY, Matt. Text as Data. **Journal of Economic Literature**, v. 57, n. 3, p. 535–574, 2019.

HENDLER, Bruno. **Ônus e bônus da Guerra ao Terror: Custos para os EUA e ganhos relativos da China em tempos de mudança no sistema-mundo moderno**. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais UnB, Brasília, 2012.

HIRATUKA, C.; SARTI, F. Relações Econômicas Entre Brasil E China: Análise Dos Fluxos De Comércio E Investimento Direto Estrangeiro. **Revista Tempo do Mundo**. v. 2, n. 1, 2016.

HIRST, Monica; MACIEL, Tadeu. A POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL NOS TEMPOS DO GOVERNO

BOLSONARO. 2022. **PrePrints Scielo**, Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4771/version/5058>. Acesso em: 16 jan. 2023. doi: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4771>.

IBICT. BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. IBICT: Brasília, 2023. Disponível em: <https://bdt.d.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 16 mar. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). 2018, **Lançamento CBERS-1**. Disponível em: <http://www.cbbers.inpe.br/lancamentos/cbbers1.php>. Acesso em: 16 jan. 2023.

IORIS, Rafael R. O Pleito Da Indefinição: As Eleições Norte-Americanas De 2020, Dimensões, Significados E Perspectivas. *In*: VELASCO E CRUZ Sebastião Carlos ; BOJIKIAN, Neusa Maria Pereira. **De Trump a Biden: Partidos, políticas, eleições e perspectivas**. FUNDAÇÃO EDITORA da UNESP. São Paulo. 2021

JACKSON Robert, SORENSEN Georg. **Introdução às Relações Internacionais**. Zahar, Rio de Janeiro, 2012. KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

LOPES JÚNIOR, Lúcio Baltazar. **Hiatos Tecnológicos E Padrões De Comércio Nos Brics (Brasil, Rússia, Índia E China)**. Dissertação de Mestrado em Economia. UFU, Uberlândia. 2008.

LU, Zheng. O Caminho do Desenvolvimento Econômico China. *In*: BELLUCCI, **Abrindo os Olhos Para a China**. Editora Universitária Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2004.

MEDEIROS, J. M. G. DE; VITORIANO, M. A. V. A evolução da bibliometria e sua interdisciplinaridade na produção científica brasileira. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 13, n. 3, p. 491, 25 set. 2015.

MEDEIROS, Klei Pando. **Compreendendo o grupo BRICS na sua trajetória: condições sistêmicas e**

composição de interesses. Tese de Doutorado em Relações Internacionais, Programa de Pós Graduação San Tiago Dantas, UNESP, São Paulo, 2021.

MELUCCI, Marco Antonio M. da Costa; OLIVEIRA, Edson Aparecida de A. Q. Comércio Bilateral Entre Brasil E China - 1990. Apresentado em: **VIII INIC e IV EPG - UNIVAP**, 2004, São José dos Campos. **Anais Eletrônicos**. Disponível em:

https://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2004/trabalhos/inic/pdf/IC6-54.pdf. Acesso em 16 jan 2023.

MENDONÇA, Macedo Bruno. **A Transição de Deng Xiaoping e a China Contemporânea: continuidade e aprofundamento das reformas na era globalizada**. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Relações Internacionais). Instituto de Relações Internacionais. Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

MIGLIACCIO, Luciano; MARTINS, Renata Maria de Almeida. **Charles Belleville, Wei-Kia-Lou: um artista jesuíta entre a França, a China e o Brasil**. Ação Global da Companhia de Jesus: Embaixada Política e Mediação Cultural, UNISINOS, São Leopoldo, 2018.

MILARÉ, Luís Felipe Lopes.; DIEGUES, Antônio Carlos. Contribuições da era Mao Tsé-Tung para a industrialização chinesa. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 16, n. 2, p. 359–378, ago. 2012.

MOURA, Diogo Vilela G. **Brasil e a República Popular da China no século XXI : inserção internacional e relações bilaterais em perspectiva comparada**. 2012 Dissertação de Mestrado. UFPE. Recife, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10389>. Acesso em: 16 jan 2023.

MURAYAMA-CAIN, Yumi. Japanese Church History: Historical Background and the Issue of Identity. **Humanística e Teologia**. v.31 n.2, p. 203-244, 2010. n.3, pg. 535–574, 2019.

NASCIMENTO, Renally Késsia Paiva. **A Construção Das Ilhas Artificiais Chinesas E A Política De Risco Nas Disputas Territoriais Do Sul Do Mar Da China**. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. UEPB, João Pessoa, 2017.

PAPAGEORGIU, Maria Mary; VIEIRA, Alena. Mapping the Literature on China and Russia in IR and Area Studies: A Bibliometric Analysis (1990–2019). **Journal of Chinese Political Science**, v. 27, n. 1, p. 155–181, 2022.

PECEQUILO Cristina Soreanu. **Introdução às relações internacionais: Temas, atores e visões**. Editora Vozes. Petrópolis, 2012.

ROBREDO, J.; CUNHA, M. B. DA. Aplicação de técnicas infométricas para identificar a abrangência do léxico básico que caracteriza os processos de indexação e recuperação da informação. **Ciência da Informação**, v. 27, n. 1, p. 11–27, 1998.

RODRIGUES, C.; GODOY VIERA, A. F. Estudos bibliométricos sobre a produção científica da temática Tecnologias de Informação e Comunicação em bibliotecas. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 7, n. 1, p. 167, 5 abr. 2016.

SANTOS, Norma Breda dos. O Brasil e a Questão Israelense nas Nações Unidas: da Criação do Estado de Israel ao Pós(?) - Sionismo, *In*: SANTOS, Norma Breda dos (org.). **Brasil e Israel: Diplomacia e Sociedades**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2000.

SECCHI, Leonardo.; ITO, Leticia Elena. Think Tanks E Universidades No Brasil: Análise Das Relações Na Produção De Conhecimento Em Política Pública. **Planejamento e políticas públicas**, n. 46, 2016.

SHEN, Jiru. A estratégia internacional chinesa no século XXI. *In*: BELLUCCI, **Abrindo os Olhos Para a China**. Editora Universitária Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2004.

SILVA, André L. Reis da. **A Diplomacia Brasileira entre a Segurança e o Desenvolvimento. A Política Externa do Governo Castelo Branco (1964-1967)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

- SILVA, André L. Reis da. A Produção Sobre Política Externa Brasileira Em Programas De Pós-Graduação no Brasil (2000-2019). In. 8º Encontro Nacional da ABRI, 2021, *online*. **Anais**. online, p.1-20. 2021b
- SILVA, André L. Reis da. De Dilma a Bolsonaro: as transformações matriciais na política externa brasileira. **Interacción Sino-Iberoamericana / Sino-Iberoamerican Interaction**, v. 2, n. 1, p. 1–26, 1 mar. 2022.
- SILVA, André L. Reis da. Retraction or consolidation? The follow-up phase in Dilma Rousseff’s foreign policy (2011-2016). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 64, p. e012, 5 jan. 2021a.
- SILVA, Guilherme A.; GONÇALVES, Williams. Dicionário de relações internacionais. Editora Manole, Barueri, 2010.
- SOUSA et Al. Relações Brasil-China durante a pandemia: abalos no pragmatismo. In: AZZI,D; RODRIGUES, G; SOUSA, A.T. L. M. (Orgs). **A política externa de Bolsonaro na pandemia**. São Bernardo do Campo: OPEB/FES, 2020.
- VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, v. 29, n. 2, p. 273–335, dez. 2007.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. A política externa do regime militar brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- ZHENG, Ruichen. **A Percepção Acadêmica Chinesa Sobre O Brasil E A Relação Bilateral: Um estudo de dez maiores periódicos chineses (2003-2012)**. Dissertação (mestrado em Relações Internacionais). USP, São Paulo, 2012.
- ZUO, Xiaoyuan, “O Brasil e A China: A Fundação e o Aprofundamento da Parceria Estratégica” [中国与巴西-战略伙伴关系的建立与深化], **Estudos sobre América Latina**, 2011, v. 33, n. 2.